



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 20/10/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Na qualidade de membro da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 16ª Audiência Pública do ano de 2014, a primeira audiência temática do PL 467/14 – Orçamento de 2015.

Tema desta audiência: Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, Autarquia Hospitalar Municipal, Hospital do Servidor Público Municipal e Serviço Funerário.

Informo que a reunião está sendo transmitida pelo portal Câmara Municipal de São Paulo, endereço www.camara.sp.gov.br link auditórios online.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo www.camara.sp.gov.br link audiências públicas, registro escrito.

Foram convidados a participar desta audiência o Sr. José Filipi Jr, Secretário Municipal da Saúde, que indicou os representantes Cormarie Guimarães Perez e Ronaldo Andrade, que também vão falar em nome de Roberto Morimoto, Superintendente da Autarquia Hospitalar Municipal; Lucia Salles França Pinto, Superintendente do Serviço Funerário Municipal, indicou como representante Ruth Cândida de Lima Guastalle; Wilza Monte Verde; Anésio Floresti Filho; Regina Lucia Pedro Athie, Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal.

Informo que as inscrições devem ser feitas junto à secretaria da Comissão.

Vou suspender por um minuto para combinarmos com o relator e com os membros os procedimentos que adotaremos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vereador Nomura, do PSDB.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Preliminarmente, Presidente, gostaria de saber se os Secretários disseram o porquê de não comparecerem a esta audiência pública. Há uma justificativa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Consulto a secretaria, porque só hoje estou

presidindo esta Comissão, pergunto se foram justificadas as ausências do Secretário, conforme solicitou o Vereador Aurélio Nomura. (Pausa)

Para socializar a informação solicitada, o Secretário José de Filipi informou que já tinha compromisso no mesmo horário e, por isso, indicou representante.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Os superintendentes também?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O Superintendente da Autarquia Hospitalar não chegou ainda, não indicou representante. A Sra. Lucia, que é Superintendente do Serviço Funerário indicou representante, pelo que consta. E a Superintendente do Hospital está aqui.

Consulto à assessoria se a Sra. Lucia Salles França Pinto encaminhou justificativa. (Pausa) Da mesma forma, estou sendo informado que a Sra. Lucia tinha compromisso.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Presidente, como é usual, quando realizamos audiência do Orçamento é fundamental, e nunca houve a substituição do titular – pelo menos enquanto estou Vereador – por um representante, nunca vi. A não ser em casos excepcionais.

Creio que nós devemos não ouvir os representantes das secretarias, das autarquias, a não ser que eles possam responder totalmente pela secretaria, e até assumir compromissos perante a Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vereador Nomura, para que possamos encaminhar, quero que deixe clara a proposta.

Antes, porém, registro a presença do Vereador Ricardo Young, do PPS. Vereador, o senhor gostaria de participar da Mesa? (Pausa) Está bem aí? (Pausa) OK. Fique à vontade.

Vereador Aurélio, o senhor quer que a gente não ouça os representantes?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Que a gente não ouça os representantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vou consultar o relator porque, nesse caso, ele tem que se manifestar. Mas o senhor fez outra proposta. Se ouvirmos, eles terão de ser responsáveis pelo que vão dizer...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Não ser responsável, mas precisam ter carta branca

para responder às perguntas. E se for o caso de apresentar proposta, ele responder afirmativamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O senhor coloca uma possibilidade, podem falar desde que tenham carta branca do Secretário.

Tem a palavra o relator, Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, obrigado. Queria dizer que ao Vereador Aurélio Nomura assiste razão, a peça orçamentária é uma questão importante. Termos a presença dos Secretários é de fundamental importância.

Porém, como o Vereador Aurélio comentou que se as pessoas, se os representantes dos secretários puderem assumir compromisso como se secretário fosse, acho que não teria problema. Pediria ao Vereador Aurélio Nomura que pudessemos ouvi-los e, evidentemente, se esta Comissão não se sentir contemplada com as informações, nós podemos convocar uma nova audiência com o Secretário presente.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Na realidade, estamos cansados de ouvir representantes que não têm condições de responder pela secretaria. Isso acontece aqui normalmente, não conseguem responder por que foi alterado o Orçamento, foi diminuído, aumentado, por que foi dada essa opção. De outro lado, se a pessoa estiver apta a responder integralmente quanto ao Orçamento, e assumir a responsabilidade, se tiver carta branca do secretário, eu acho que não teria problema. Mas entendo e lamento a ausência das autoridades pela primeira vez nesta Casa. Gostaria de lamentar a ausência do Secretário da Saúde, especialmente quando estamos vivendo momentos muito difíceis nessa área. Deveria aqui estar o Secretário para prestar o projeto para 2015.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Desculpe, qual é a sua proposta de encaminhamento?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Preliminarmente, gostaria de ouvirmos a Superintendente do Hospital e depois suspendermos para que então deliberemos nesta

Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vamos ouvir a Sra. Regina Lucia Pedro Athie, a quem convido faça parte da nossa Mesa. Fique à vontade para trazer seus assessores para que comecemos então pelo orçamento do Hospital do Servidor Público Municipal.

Em seguida, veremos qual encaminhamento faremos, a pedido dos Vereadores Nomura e Ricardo Nunes.

Agradeço a presença da Sra. Regina.

Vamos combinar o seguinte: sempre vou consultar o convidado, perguntar se deseja fazer uma apresentação inicial, por 10 até 15 minutos. Abrimos a palavra aos Vereadores e ao público presente. Ok, Vereadores Aurélio e Ricardo? (Pausa)

Tem a palavra a Sra. Regina Lucia para apresentar o orçamento para o Hospital, o que será discutido por esta Casa, orçamento de 2015. (Pausa)

Rapidamente, vou suspender os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos serão reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Consulto a Sra. Regina Lucia, pois me parece que há uma apresentação do orçamento da Secretaria da Saúde, apresentação geral. Teríamos então a apresentação e em seguida os debates.

Consulto quem vai fazer a apresentação do Orçamento da Saúde. (Pausa)

Não, Sabesp, não... Está todo mundo reclamando da falta de água, melhor não, voltamos para a Saúde. Em Itaquera está faltando água.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Estamos tratando de assunto estritamente sério que diz respeito à Saúde. Lamento a presença, a falta...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Pediria ao senhor fizesse silêncio porque o debate é entre Vereadores, ainda não chegou ao Plenário. Por gentileza!

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Por gentileza, pediria que o senhor ficasse atento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vou pedir calma a todos. É que acabou de entrar – o Vereador não viu - o material da Sabesp. Por isso fiz a observação de que não era discussão sobre a Sabesp.

Vou passar à palavra a chefe de gabinete da Secretaria Municipal da Saúde, Sra. Cormarie Guimarães Perez para fazer a apresentação do Orçamento. A senhora tem no máximo dez minutos. Avisarei quando faltar três minutos. Se puder terminar antes... Aí voltamos para o debate específico.

A SRA. CORMARIE GUIMARÃES PEREZ – Bom dia a todos e todas. Agradeço os nobres Vereadores essa oportunidade, dizer que o Dr. Morimoto, da autarquia, ele teve problema de saúde, não pode vir. E o nosso Secretário José de Filipi estava com compromisso já assumido, então estamos: eu; o Ronaldo, que é Coordenador da Área de Finanças e Orçamento; e o Cláudio, que é Coordenador de Planejamento.

O Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, como temos pouco tempo, o total são 9 bilhões 449 milhões 637 mil 990 reais. Esse é o Orçamento para 2015. Há um aumento de 5% na fonte do Fundo Municipal e 23,5% da Autarquia e 35% do HSPM. Esses números são em relação a 2014.

No HSPM temos um total de 296 milhões 405 mil 792 reais. Na fonte do Tesouro são 283 mil 408 e 792; e na fonte 02 – da União, são 5 milhões 628 mil; e em outras fontes – 3 e 6 – são 7 milhões 769, com esse total de 296 milhões.

Na autarquia, do Tesouro, temos 65 milhões 512 mil e 600. Sendo que a fonte do Tesouro são 41 milhões 481 e 300; e o total geral de 481 milhões 481 e 300. (Pausa)
Desculpa.

Esse é do Fundo Municipal de Saúde, temos então um total de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Cormarie, o que você tinha dito era do Fundo.

A SRA. CORMARIE GUIMARÃES PEREZ – É do Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Aí passou pela Autarquia, mas foi para a outra projeção. Vamos acertar então. Esse aqui é do Fundo Municipal? Esse você não falou?

A SRA. CORMARIE GUIMARÃES PEREZ – Esse é do Fundo Municipal de Saúde, e temos um total de 7 bilhões 475 milhões 290mil 677 reais 30 centavos. A Fonte 00 nós dividimos em fonte 02 – Recursos da União; e outras fontes: 03 e 06. Há a fonte condicionada, que é a 07; e a fonte vinculada, que é a 08, perfazendo o total de 7 bilhões 475 milhões 290 mil 677 reais e 30 centavos. (Pausa) Esse é o orçamento de 2015 proposto para o Fundo Municipal de Saúde.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Quero agradecer o pouco tempo que a senhora usou. Vou passar a palavra para a Sra. Regina Lucia. Não sei se a senhora quer fazer alguma consideração. Se não, abrimos para o debate em relação ao Hospital do Servidor, a senhora está presente.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIE – Vereador, acho que não. E o valor do orçamento para 2015, que houve um aumento para que possamos ter adequação principalmente na folha de pagamento, por conta do Sistema Jurídico Único, que estão para ser contemplados os funcionários do HSPM. Estou aberta à discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Passo a palavra ao relator, Vereador Ricardo Nunes; em seguida ao Vereador Aurélio e Vereador Ricardo.

Já abrimos as inscrições especificamente para as questões quanto ao Hospital. Depois veremos o procedimento em relação aos demais pontos.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Presidente.

Quem é o responsável pela peça orçamentária? (Pausa) É a Sra. Cormarie.

- Manifestações fora do microfone.

- Pausa prolongada.

O SR. RICARDO NUNES – Estou achando engraçado, na planilha do Hospital temos a fonte 02 – 5,6 bilhões. Mas na planilha não há fonte 02. (Pausa) Não, há uma fonte 02. Deixe-me ver. (Pausa) Está aqui: 5,628.

Para 2014, tínhamos 3 bilhões, liquidados até setembro 1,9; e agora são previstos 5,628 milhões para 2015. Esse aumento de 2,6 milhões é algum repasse específico do Governo Federal?

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIE – Vereador, o Hospital do Servidor Público faz atendimento de urgência para municípios e isso está dentro da lei do HSPM. O município entra pelo pronto-socorro, acaba indo para a nossa UTI e 50% da UTI do HSPM é ocupada por municípios. O que fizemos foi cadastrar 10 leitos da UTI e mais alguns leitos de retaguarda do pronto-socorro para poder receber repasse por esse atendimento prestado. Isso deu o aumento que então passamos de 3 milhões para 5,6 milhões. É por conta desse cadastramento.

P – Aumento de dez leitos de UTI?

R – Isso.

P – Bacana.

R – Porque não tínhamos... O HSPM não recebia pelo atendimento ao SUS.

P – Tinha o serviço, mas não recebia?

R – Há muitos anos e não recebia porque não estava cadastrado. O HSPM é o hospital do servidor, o que ele recebia era pelo atendimento do pronto-socorro. Como nós cadastramos a Unidade Intensiva, vamos passar a receber pelo serviço prestado.

P – Dra. Regina, aqui a maioria dos recursos são da fonte 06. Lá no primeiro quadro, 2014, 580 mil reais; e em 2015, nada. É alguma ação que havia de receita própria que não vai ter em 2015?

R – É que a receita própria, a gente não consegue fazer uma previsão. Ela vem de multas, de precatórios e acabam caindo na conta do HSPM. Não há como fazer previsão dessa

receita, Vereador.

P – Com relação à manutenção do sistema de informação e comunicação, 890 mil, é contratação da Prodam, por acaso?

R – Sim, Prodam.

P – E a Prodam presta um bom serviço para o Hospital do Servidor?

R – Presta.

P – É bom o sistema?

R – Sim. O sistema da Prodam é bom. Temos outro sistema, o sistema hospitalar, que precisa ser substituído, mas isso não tem nada a ver com a Prodam.

P – Porque como é fonte de recursos 00, em 2014 estavam previstos 850 mil reais, atualizado até setembro são 896 mil, liquidados 850; e a previsão para 2015 é 890. Basicamente esse valor é de pagamento à Prodam?

R – Prodam.

P – Caro, né? A senhora não acha?

R – Eu acho, mas o Hospital é muito grande.

P – Não, mas é que sistema tanto faz, se é grande ou se é pequeno. Viu, Paulo Fiorilo, também acha que é caro Prodam.

R – Acho que o valor é alto, valor alto. Mas o Hospital é grande, é muito grande...

P – Não tenho problema com a Prodam, mas com o serviço da Prodam. São 360 milhões de orçamento... Do Hospital do Servidor, da minha parte está tranquilo. (Pausa) Nada de investimento novo, Dra. Regina? Construção, ampliação, reforma: zero?

R – Então, há um projeto que está em discussão com a Comissão de Saúde, que é do servidor para o servidor. Mas é uma discussão diferente, o Hospital precisaria se modificar, caso isso aconteça, é uma adaptação do Hospital para se tornar exclusivamente do servidor. Mas é uma discussão que já estamos desenvolvendo com a Comissão de Saúde.

P – Para 2015, agora não há projeto para ampliar, é só para o Hospital mesmo?

Por exemplo, no Santa Marina a parte do pronto-socorro vai ser autarquia. Nada do Hospital do Servidor/

R – Não, isso não envolve o Hospital do Servidor. O que envolve, dentro do projeto que nós temos de ser servidor para o servidor, nós precisaríamos de uma UPA para prestar atendimento ao munícipe, que hoje é feito no pronto-socorro do Servidor. Esse processo está em andamento, passamos pela busca de um terreno próximo, esse terreno já foi localizado, está em processo de desapropriação. Todos os passos que tenham de ser dados, daqui para frente, dependem inicialmente da UPA. Não podemos fazer qualquer movimento para o servidor sem antes dar, primeiramente, atendimento ao munícipe. Todo nosso empenho é garantir que venha uma UPA para substituir o atendimento que o munícipe recebe no pronto-socorro do Servidor. Ai sim vamos começar a adequar o Hospital para dar conta desse serviço.

P – Com relação à operação e manutenção das unidades hospitalares – pronto-socorro e pronto-atendimento – na fonte de recursos 06, em 2014 estão orçados 2,898 milhões. Acabou sendo atualizado para 10 milhões. Por algum motivo devem ter tido uma boa arrecadação. Só que liquidados foram 2,3 milhões. E estão previstos 7,3 milhões. Resumidamente, a senhora pode dar uma ideia: por que há oscilação tão grande? (Pausa)

R – Tínhamos um valor em caixa de 6 milhões de receitas anteriores, que estavam presa. E foi liberada para utilização.

P – Agora, em 2014?

R – Em 2014.

P – Como assim: estava presa?

R – Estava disponível, mas precisamos pedir autorização para poder usar. Foi sobra de receita.

P – Ah, sobra de receita.

R – Isso e nós utilizamos, estamos utilizando para fazer alguma atualização de equipamento.

P – Mas vocês só liquidaram 2,386 milhões, até setembro?

R – É, mas vamos liquidar o resto.

P – E vocês tem em caixa 10 milhões?

R – Sim, sim. É recente, foi o mês passado.

P – Mês passado? Ah, tá. (Risos)

R – Ainda não deu, está tudo empenhado.

P – Fiquei assustado, tanto dinheiro lá e não gasta!

R – Não, vamos gastar sim. Estamos correndo bastante para gastar.

P – Agora, a proposta de 7,3 milhões que está proposto para 2015, qual a ideia de forma geral para utilização dos recursos?

R – Vereador, nós vamos comprar, atualizar insumos, tivemos aumento grande na compra de medicamentos, houve reajuste importante, e nos equipamentos. Estamos atualizando os equipamentos do centro cirúrgico, três salas de cirurgia estão sendo totalmente atualizadas; alguns equipamentos de videoendoscopia. O dinheiro está sendo empenhado para fazer esses pregões.

P – Está OK. Há uma dúvida em relação ao gasto de 890 mil reais com a Prodam. Eu pediria, se possível, nos mandar depois qual é o produto que vocês tem da Prodam para podermos saber se está compatível com o mercado. Da minha parte, OK.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura para suas perguntas referentes ao Hospital. Em seguida, este Vereador; depois o Vereador Ricardo.

Quero orientar os que se inscreveram, vamos agora discutir o Hospital. Depois os outros temas.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Boa tarde.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIE – Bom dia, né? (Risos)

O SR. AURÉLIO NOMURA – Bom dia. Tenho uma dúvida em relação a uma

questão que a senhora mencionou. Fala-se que estão sendo destinados 890 mil reais à Prodam, mas também a senhora falou da necessidade de se adequar, de se refazer um novo sistema.

R – É o sistema hospitalar, Vereador.

P – Sistema hospitalar? Não é Prodam?

R – É o sistema de agendamento, de prontuário eletrônico, é outra coisa, não é Prodam. A gente utiliza o Sistema Hospub.

P – Por que não foi incluído dentro do orçamento?

R – Esse sistema?

P – Isso.

R – Porque o Hospital precisa passar por toda uma adequação de cabeamento, compra de computadores, a gente precisa passar por um processo anterior.

P – Sim, mas não haveria necessidade de se iniciar o processo de implantação, até porque a senhora falou que tem o cabeamento, há essa questão... Já não poderia ser incluído?

R – Eu adoraria, mas o Hospital precisa passar por uma reforma antes de pensarmos nisso, Vereador. Como temos todo esse projeto de readequação, de discussão até do destino do HSPM, se o HSPM vai continuar nesse modelo híbrido ou se ele vai passar a ser hospital definitivamente do servidor, isso ainda está em discussão. É uma coisa que não está absolutamente resolvida, adequada. Então, o hospital precisaria de uma ampla reforma, ele foi construído há muito tempo. É mais ou menos difícil pensar em implantar um prontuário eletrônico, toda uma adequação com a situação hoje do hospital. Os consultórios não conseguiriam neste momento receber essas aparelhagens. Então, por mais que seja o nosso desejo ter um sistema e passar para esse tipo de modernização, o hospital não estaria preparado e não conseguiríamos garantir o preparo dele para viabilizar isso em 2015. Iríamos fazer uma proposta que não conseguiríamos cumprir.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Entendi. Existe algum estudo com relação à

construção e à reforma ou eventual ampliação, já que há necessidade de fazer?

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE - Existe sim, Vereador. Já fizemos discussão sobre esse assunto, foi elaborado um projeto e até já viemos à Comissão de Saúde para trazer essa proposta, mas ainda está em discussão.

O SR. AURÉLIO NOMURA – E já existe uma previsão orçamentária para isso?

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE - Se ele se tornar hospital do servidor?

P – Não, para essa reforma, não importa se vai ser hospital do servidor ou não.

R – Não, muda um pouquinho. Se ele se tornar um hospital exclusivo do servidor ou se mantiver nesse modelo em que ele se encontra hoje, muda bastante a proposta. Até do que seria a ampliação, muda bastante.

Existe um estudo para que ele se torne um hospital do servidor, mas isso é um estudo. Ainda vai ter de passar por muita aprovação, mas existe o estudo sim. Inclusive, nós o apresentamos na Comissão de Saúde.

P – Quando a senhora acha que essa questão deve ser resolvida? Se o hospital vai se transformar em público para atender toda a população ou exclusivamente para o servidor.

R – Espero que essa questão se aprofunde no próximo ano.

P – Há quanto tempo está essa discussão no hospital?

R – Estou no hospital há um ano e dez meses. A partir desse período vimos consultando as bases, os funcionários e os servidores para ver se isso ainda é um desejo dos servidores, vendo qual é a possibilidade e discutindo dentro da Secretaria de Saúde. Então, durante o período em que me encontro no hospital, estamos exaustivamente discutindo o assunto, mas existem ainda algumas dúvidas: se realmente o hospital volta para o servidor ou se ele continua nesse modelo.

Agora, diagnosticamos que o atendimento prestado à municipalidade pelo Pronto Socorro Vergueiro – ele ainda é chamado assim por algumas pessoas – ainda é de grande importância. Quer dizer, não podemos aprofundar essa discussão enquanto não tivermos

resolvido como será o atendimento desse munícipe na região. Por isso não estamos apenas na discussão, já avançamos: garantimos recursos para essa UPA da região. Essa é uma região onde não encontramos terrenos com facilidade, não conseguimos localizar um terreno que fosse só para isso, então, foi destinado um local, que seria uma desapropriação e o processo vem caminhando.

P – Sabemos que, infelizmente, esses processos de desapropriação e de instalação de uma UPA, por exemplo, são extremamente longos. Eles têm duração de, no mínimo, dois a três anos até a efetiva implantação e funcionamento.

Deixa-nos preocupados porque haveria necessidade de já iniciar um processo de reforma no hospital, mesmo porque há algumas unidades que não sofrerão processo de alteração, como a UTI e tantas outras. Até o pronto socorro poderia ser modernizado, mesmo porque continuando como municipal ou não, haveria necessidade de se fazer já essas adequações tendo em vista a necessidade de ter um controle melhor, uma eficiência, enfim, eu acho que haveria essa possibilidade a trabalhar. A localização do hospital é excepcional, está próximo de tudo, por isso entendemos que há necessidade de se fazer uma reforma, mesmo porque, há questão de dois anos, perdemos o Hospital da Glória, do INSS, na Rua da Glória. Quantos leitos se perderam ali? Foi uma infinidade.

Então, há necessidade dessa dotação e precisamos também atender especialmente o servidor público municipal que, segundo informações, existe uma reclamação muito grande a respeito da lotação do hospital. Tem de enfrentar uma fila extremamente grande para se conseguir uma internação ou uma operação. Nada mais justo trabalharmos nessa posição o mais rápido possível e incluirmos a questão da reforma já para 2015, porque sabemos que uma reforma num hospital em funcionamento dá um trabalho um pouco mais sério, há uma intervenção ou outra, e leva muito mais tempo. Não há possibilidade de, simplesmente, abandonar o hospital para que se possa fazer a reforma.

Salvo melhor juízo, essa Administração já deveria entrar com um pedido de recurso

para que fossem realizadas as reformas necessárias, porque já existem locais sem condições – ou quase chegando a isso - mínimas de funcionamento. Por isso acho que deveria ser incluída essa questão. Peço, se for possível, que a senhora nos encaminhe o mais rápido possível esses estudos para que possamos analisar essa questão aqui na Comissão.

R – Posso enviar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Tendo em vista o mencionado pelo Vereador Nomura, Dra. Regina, o hospital atende a quantos servidores?

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – O Servidor tem hoje próximo de 470 mil matrículas abertas.

O SR. RICARDO NUNES – Que são atendidas pelo hospital?

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – Isso.

P – Já se pensou, em algum momento, que a contratação de um plano de saúde poderia sair mais barato para o Município?

R – Sou Superintendente do Servidor Público, Vereador.

P – Eu sei, mas somos todos paulistanos. A cidade de São Paulo vive uma dificuldade financeira terrível.

R – Esse é um debate longo, estamos travando-o há um ano e dez meses. Existe um sentimento do servidor público com relação ao hospital muito intenso, Vereador, muito intenso mesmo.

P – De carinho, de amor?

R – De carinho, muitas vezes de raiva e há toda uma história por ele ter sido construído para o servidor, com dinheiro dele e baseado no movimento de luta do servidor, nos idos de 50. Por isso existe toda uma situação e não sei se é bem isso que o servidor gostaria, talvez devêssemos fazer uma consulta.

P – Se observarmos os recursos 00, de 174 milhões em 2014, agora vai para 232.

É só uma questão de se começar a discutir o assunto, talvez fosse bom para os servidores, para a Cidade, talvez não, mas acho que seria bom. A concorrência entre os planos de saúde hoje acaba ajudando no melhor custo-benefício. Era apenas isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Devolvo a palavra ao Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Qual o tempo médio, por exemplo, para uma pessoa conseguir internação e ser operado?

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – Vereador, depende da especialidade. O grande problema hoje do servidor...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Qual o mais rápido e o mais crítico?

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – O mais rápido é na urgência e na hora. Esse é o grande problema. O grande problema hoje é a contratação de anestesistas. Acredito que esse seja um problema mundial, diria que não é um problema nem nacional. Hoje a maneira como os profissionais de anestesia prestam serviços é em forma corporativa, grupos. Ele não se torna mais um empregado, não existe mais esse interesse.

O Servidor hoje trabalha com metade da capacidade da TLP de anestesia dele. Então, hoje o grande problema com relação a cirurgias, é com isso. E como não temos uma porta aberta e estamos localizados numa região absolutamente estratégica, como o senhor mesmo disse, a urgência toma quase que totalmente o nosso centro cirúrgico, porque possuímos neurocirurgia, condições de realizar cirurgias de politraumatismo, buco-maxilo. Enfim, ele é um hospital que absorve muito esses problemas de alta complexidade.

Se o senhor me perguntar em quanto tempo um traumatismo craniano é operado, é na hora. Se o senhor me perguntar sobre uma hérnia de pequeno tamanho, provavelmente um ano.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Não existe uma possibilidade... Estou divagando

sobre isso, do lado do hospital há a Rua Vergueiro e existe uma área enorme do metrô.

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – Não é do metrô, já fomos atrás. Ele pertence ao Instituto de Previdência do Estado.

P – E não existe uma condição de buscar uma negociação?

R – Parece que ele não quer negociar. Acho que outros hospitais já namoraram aquela região, inclusive o Instituto do Rim. Aquela é uma região, o senhor deve ter percebido, onde há muitos hospitais e faculdades. Está se tornando característica.

P – Exatamente.

R – Então muita gente já está de olho. Imagine uma região daquelas com aquele terreno ali, todo mundo está de olho.

P – Ele poderia até ser compartilhado por vários institutos; do Rim, a neuro.

R – Claro, porque é uma área muito grande. A área é enorme, daria para todo mundo, mas parece que não há interesse em negociar.

P – De quem é o terreno?

R – Do Instituto de Previdência, do IAMSPE, é isso? Não, é do IPESP.

P – Não, mudou o nome. Parece que agora é SPPrev, se não me engano.

Está ok. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Passo a palavra ao Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Agradeço a oportunidade, porque farei perguntas na linha do Vereador Nomura.

Como a senhora sabe, tenho acompanhado todo esse processo do Hospital do Servidor, por meio da Comissão de Saúde e fico extremamente preocupado de não ver nesse Orçamento todos aqueles recursos de reforma que os senhores vêm tentando para poder preparar o hospital para atender integralmente o servidor público.

A senhora sabe e participamos, outro dia, de uma audiência pública em que vimos

a disposição dos servidores públicos em voltar a contribuir com o hospital, desde que ele atenda exclusivamente os servidores públicos.

Respondendo uma questão que o Vereador Ricardo Nunes levantou, há muito mais interesse do servidor público em voltar a pagar uma contribuição para o hospital do que pagar os planos de saúde, porque o custo-benefício no hospital é infinitamente maior. Por isso urge a necessidade do hospital voltar a atender o servidor com exclusividade. Os servidores já foram claros: só voltarão a contribuir se virem movimentos da Prefeitura no sentido de preparar o hospital para essa exclusividade.

Esse movimento se constituiria por duas ações. Uma que a senhora já respondeu a respeito da UBS, que parece está evoluindo e a outra, as reformas necessárias para poder atender esse fluxo. Por isso fico muito preocupado em não ver nesse Orçamento os recursos necessários para essa reforma.

A pergunta é essa. Estou bastante preocupado com essa questão, porque essa ação permitirá várias outras, inclusive no movimento dos servidores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Por favor, Sra. Regina.

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – Vereador, a discussão ainda não foi concluída com relação a esse assunto. A UPA está andando, o senhor sabe e vem acompanhando, assim como o processo de desapropriação do terreno e a garantia da vinda do recurso.

Quanto ao hospital se tornar exclusivamente do servidor, não penso que concluamos essa discussão. Ela ainda precisa continuar, em meu entendimento, porque para que ele se torne exclusivamente do servidor – já debatemos sobre isso e acho até que não concordamos num determinado momento -, precisaria retornar a contribuição. O salto para o hospital se tornar totalmente corporativo é muito grande, considerando que virá apenas da receita municipal. Essa é minha opinião. Parece-me que o senhor discordava desse ponto, mas essa discussão ainda não foi terminada.

O SR. RICARDO YOUNG – Darei um esclarecimento importante. Está claro que o hospital só poderá atender com exclusividade o servidor se houver a contribuição, por outro lado, o servidor não quer se antecipar na contribuição se não vir, da parte da Prefeitura, a vontade política necessária para começar a preparar o hospital para isso.

Então, voltando e apoiando o ponto que o Vereador Nomura levantou. Seria fundamental que, no Orçamento de 2015, uma parte do recurso necessário à reforma do hospital, com o objetivo de prepará-lo para o atendimento exclusivo aos servidores, fosse sinalizada. Ao ser feito isso, os servidores começarão a perceber que há vontade política e as condições para que eles voltem a contribuir começam a ser mais consistentes. Se o servidor não vir uma ação política para começar a fazer as reformas necessárias no hospital, certamente a disposição de contribuição vai diminuir. Esse é o ponto.

Concordo com a senhora de que não haverá possibilidade de o hospital atender exclusivamente aos servidores se não houver contribuição dele, mas ele não vai contribuir se não houver uma sinalização política imediata. É com esse ponto que os senhores deveriam se preocupar. Precisa haver essa sinalização política. A senhora até comentou sobre os ambulatórios que estavam desativados. Que eles precisariam ser reativados. Falou sobre áreas de UTIs que estavam desativadas. Alguns desses pontos já poderiam entrar no Orçamento do próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Está bem, Vereador.

O SR. RICARDO NUNES – Sugiro que a senhora explique ao Vereador Ricardo Young sobre os dez leitos de UTI, acho importante.

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – A UTI não está desativada. Há leitos desativados sim, que são alguns de enfermaria. Vamos reativá-los, mas quanto à UTI, não há nenhuma desativada. Tanto que pudemos ceder dez leitos ao SUS.

O SR. RICARDO YOUNG – E quanto à questão da sinalização política para os servidores, qual sua opinião sobre isso?

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – Vereador, a sinalização política é a UPA.

O primeiro ponto apontado pelos servidores que participaram das discussões foi a saída do município do pronto socorro. Para que isso acontecesse, precisaríamos devolver para o município um local que oferecesse o mesmo que o pronto socorro do Servidor hoje faz. Enquanto isso não acontecer, não sei se conseguiremos colocar mais alguma coisa no Orçamento, porque, como o senhor sabe, o movimento é grande. Inclusive o próprio pronto socorro muda totalmente se ele tiver uma outra clientela. O atendimento terá de ser feito de outra maneira. Penso que a sinalização e o primeiro ato, a fazer é a UPA. E isso está andando. Essa é minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado.

O SR. RICARDO YOUNG – Obrigado, Doutora. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO NUNES – Apenas para uma informação, Vereador, há um aumento de 60 milhões da fonte de recurso 00, do Tesouro Municipal, na Administração da unidade. De todos os setores da Prefeitura, o Hospital do Servidor Público está tendo uma atenção bastante grande com relação ao aumento de receita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Existe uma questão que gostaria de ressaltar, Sra. Regina, que me chamou a atenção.

No Orçamento de 2014, havia uma previsão de dois milhões para construção, ampliação e reforma de equipamento na fonte 00. Ele foi atualizado para 1,5 milhão, mas não tem nada liquidado. Para o ano de 2015, existe apenas a rubrica. Já algum tempo não vou a hospital, mas uma das principais preocupações era com relação à manutenção ou à reforma permanente de alas, de setores.

Qual é a situação hoje do hospital? É necessário se pensar aqui em haver recurso para reforma, enfim, coisas específicas ou o que já foi feito é suficiente?

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – Em hipótese alguma, Vereador. O hospital precisa de uma ampla reforma. É exatamente isso que eu estava debatendo com o

Vereador Ricardo. A reforma do hospital depende da ampliação dessa discussão. Qual é o destino do Servidor Público? A que ele vai se destinar? O Servidor vai continuar um hospital híbrido – como chamamos hoje – atendendo ao servidor e ao SUS ou ele se tornará um hospital corporativo somente para o servidor? Isso muda totalmente qualquer coisa que venha a se fazer. Até o número de leitos em UTI muda; até o aspecto que o PS deverá ter, muda. Enfim, muda tudo. Se ele tiver um destino, teremos de pensar de determinada maneira, inclusive as obras. Se ele tiver outro destino, teremos de pensar nele de outra maneira, aí sim, adaptar o que ele é hoje, mas o importante é decidir o destino final do HSPM.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Isso está claro. Agora, em que pé está a discussão do destino do hospital?

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – Estamos nessa discussão, existe toda uma proposta de ele se tornar um hospital do servidor, desde que retorne a contribuição. O primeiro passo para isso é a UPA, porque a primeira coisa que o servidor reclama é sobre compartilhar o espaço do PS, o movimento que aquele PS tem, que acaba não dando o conforto, talvez, que o servidor gostaria e tudo mais. Existe a discussão e o encaminhamento da UPA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vamos por partes, já que a senhora propôs dessa forma. Qual é a situação da UPA? Qual a expectativa?

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – A UPA está em fase de desapropriação do terreno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vai levar quanto tempo mais? A senhora tem essa previsão?

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Então, está em fase de desapropriação. A UPA vai sair, portanto, essa situação do atendimento deve melhorar, porque os senhores terão uma UPA para o atendimento geral.

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – Nós não, a municipalidade terá. Não o hospital.

P – Quando falo “os senhores”, faço referência à Cidade e tal. Agora, a discussão sobre o hospital, se ele vai ser corporativo ou se vai continuar híbrido, em que pé está essa discussão? Já entendi que a UPA é um passo, mas e a discussão que se faz dele? Hospital corporativo ou híbrido?

- Manifestação fora do microfone.

P – Porque isso depende para discutir uma questão: vamos ter recurso para reforma ou não? É importante para o Relator entender esse debate, porque ele pode aportar ou não. Se ele não entender isso, podemos dizer que não é preciso ter reforma, porque ainda estamos no debate. Por isso a minha questão aqui é saber se a decisão se ele é corporativo ou híbrido... A senhora já falou: “Passa primeiro pela UPA”. Está certo, mas e o segundo ou o terceiro passo?

R – Esse era o ponto de maior debate do hospital, desde que cheguei. Conforme se iniciou a discussão do Sistema Jurídico Único, isso tomou totalmente o espaço da discussão. Ela é de tal importância para os funcionários do HSPM, porque não sei se o senhor sabe, mas esses funcionários recebem menos do que os demais da municipalidade.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – Todos. Quase metade. Então, nesses últimos meses, Vereador, isso tomou totalmente a discussão. Ela se tornou o almoço, o jantar e o café da manhã do HSPM, porque é importantíssimo. Hoje não conseguimos fixar funcionário lá. Realizamos um concurso em 2013 e todos que entraram, saíram.

Por isso, paramos um pouquinho a discussão do tema: “O Servidor que temos e o Servidor que queremos” e passamos a discutir totalmente o Sistema Jurídico Único, que para o funcionário do Servidor, isso é fundamental. Hoje isso é o ponto mais importante para o servidor, porque a saúde vive de RH. Precisamos de equipamento, do tomógrafo, da

ressonância, da endoscopia, mas se não tivermos enfermeiro e médico, não vamos conseguir funcionar.

Por isso demos uma paradinha na discussão. A última foi com a Comissão da Saúde, realizada nesta Casa e agora estamos totalmente em compasso de espera, aguardando por essa decisão para retomar essa conversa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Apenas para concluir, e a discussão do Sistema Jurídico Único ainda carece de muito mais tempo ou não?

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – Não, acho que o projeto já veio para a Câmara ou está vindo hoje. Está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Está bom, então. Com a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – O que nos chama a atenção ao analisar o Orçamento é o aumento de 122 milhões para 232 milhões na proposta para 2015 com relação à unidade de Administração. Pergunto: estamos aumentando o quadro de funcionários ou os salários?

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – O salário.

P – Os salários? Quer dizer, o funcionário do Hospital Público Municipal vai ter o equivalente a 33% de reajuste para 2015?

R – Isso depende da categoria, Vereador.

P – Mas pela média é isso?

R – É.

P – Era isso, obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

P – Quantos anos sem aumento?

R – Dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vou concluir o tempo do Vereador Nomura para abrir para as perguntas, senão não é audiência pública. Obrigado Vereador Aurélio

Nomura.

Estão inscritos para essa discussão do hospital os Srs. Fábio Siqueira, Laerte Brasil, João Antonio Ferreira e João Batista Gomes.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira para perguntas com relação ao hospital.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia a todas e todos; população paulistana; Srs. Vereadores Nunes, Fiorilo, Nomura e Young; Srs. Conselheiros e Conselheiras; população de São Paulo e Gestores, nessa primeira parte da discussão do Hospital do Servidor Público Municipal.

É realmente assustador verificar no Orçamento 2014 essa questão falada à Mesa pelos Vereadores. Foi proposta uma reforma e ampliação no valor de dois milhões de reais, aprovada no final do ano passado. Mas, até agosto nada foi executado. Quer dizer, foi abandonado um projeto de reforma efetiva para o Hospital do Servidor Público Municipal, da Rua Vergueiro.

Mais assustador ainda ou tão quanto que em 2015 há uma previsão de mil reais para essa mesma reforma. Quer dizer, o assunto do servidor público no seu hospital, que é referencial da maior Cidade do Brasil, não está sendo tratado com o mínimo de respeito. Porque se há uma reforma prevista, não é executada e no ano seguinte, essa reforma desaparece, praticamente dotado de um valor simbólico de mil reais, realmente o servidor público não está tendo a mínima valorização. Sem dizer da má qualidade desse hospital – até a imprensa já noticiou – durante o ano de 2014.

As perguntas são as seguintes: a solução seria a UPA, mas ela também não está prevista nem para 2015, num valor de seis milhões de reais. Quer dizer, se posterga a solução pretensa da UPA e não melhora a estrutura do Hospital do Servidor Público. Então, o problema é de planejamento mesmo. É uma situação recorrente na cidade de São Paulo o péssimo planejamento para a Cidade como um todo e especialmente para a área da Saúde, já verificado por esse evento.

A respeito do concurso público do servidor. Houve concurso apenas em 2013? E em 2014 houve algum do servidor público municipal?

Outra pergunta: quantos leitos atualmente existem nesse hospital?

Nos últimos dois anos, quantos médicos saíram do Hospital do Servidor Público?

Realmente está havendo um problema grave de médicos de várias especialidades, como cardiologistas e pediatras, que estão saindo do hospital, inclusive concursados. Uma situação dessas é difícil sustentar. Então, nos últimos dois anos, quantos médicos se retiraram e se houve uma reposição nesse quadro importante de funcionários. Por fim, qual a situação do Conselho Gestor desse hospital? Pela Lei Federal, todo hospital tem que ter um conselho gestor popular e não há nenhum centavo para esse conselho, no geral da dotação para o Hospital do Servidor Público Municipal. Então o Conselho Gestor e sua relação com o Conselho Municipal de Saúde, se ele nem mesmo é citado em especial no HSPM.

São essas perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Próximo, Sr. Laerte Brasil, em seguida Sr. João Antônio Ferreira.

O SR. LAERTE BRASIL – Laerte Brasil, Presidente Nacional da União Global Seguros dos Trabalhadores e Empreendedores Sustentáveis do Brasil, que é a UniBrasil – Trabalho e Empreendedorismo, e através da sua base institucional aqui, que é a Federação dos Usuários e Especialistas em Defesa das Políticas Públicas de Saúde da Cidade de São Paulo, vimos cumprimentar os Vereadores, as autoridades da mesa e a todos mobilizados para debater o presente e o futuro das políticas públicas de saúde, da cidade de São Paulo.

O Hospital do Servidor Público foi construído nos anos 50, pelo funcionário público emérito, é fundamental, mas só que historicamente pesquisamos que os custos anualmente - o hospital desde quando era atendido ao servidor público, depois passou a atender os municípios - são custeados com verba pública do Município, da Secretaria Municipal de Saúde, do Tesouro Nacional e do SUS.

Vimos falar aqui não dos 420 mil filiados que temos na cidade de São Paulo, mas representar todos os municípios. Para isso nós fizemos uma pesquisa, 98% da população paulistana é contra passar o hospital para o servidor público, sendo custeado com verba pública da Secretaria Municipal de Saúde e do SUS. O atendimento do SUS é universal.

Nós defendemos sim, a nossa tese é que se reconstrua aquele hospital fazendo um grande hospital de excelência de atendimento para sociedade paulistana. Se vierem a ser atendidos só os servidores públicos, aí privilegia só uma classe, que seja mantido pelos servidores públicos.

Hoje, se criou um círculo vicioso no Sistema Único de Saúde onde está sendo privilegiado o atendimento, com verba do SUS, uma entidade de classe, escapando pelo ralo as verbas do Sistema Único de Saúde.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Próximo Sr. João Antônio Ferreira, assessor da Vereadora Juliana Cardoso.

O SR. JOÃO ANTÔNIO FERREIRA – Bom dia a todos, cumprimento em especial a Dra. Regina Athié e quero relatar o trabalho excepcional que ela faz, de recuperação nesse hospital, que temos acompanhado na Comissão de Saúde. Vejo isso aqui nos números.

Em 2013, o orçamento era de 210 milhões; 2014, 219; e a proposta agora é de 296 milhões. O aumento é de 35%.

O plano de recuperação é pautado, me parece, em três grandes pilares: um é a discussão da rede de urgência e emergência, da região central da Cidade, pois o pronto socorro do hospital ocupa um papel importante. A construção da UPA é exatamente tirar essa responsabilidade do pronto socorro municipal.

Politicamente a discussão do dado é essa, mas no orçamento, o custeio da construção da UPA não pertence à autarquia do Hospital do Servidor Público Municipal. Então todos esses recursos, imagino, estejam na dotação da Secretaria Municipal de Saúde. Se a

senhora puder fale, mais ou menos, qual é o custo disso.

Na verdade, ao tirar esse atendimento de urgência e emergência, quanto custa atender o SUS no Hospital do Servidor Público Municipal? Que impacto isso teria a partir do momento que existisse a UPA funcionando e que o hospital não tivesse que ocupar esse papel que ocupa hoje, dando atenção ao munícipe em urgências e emergências na região central?

O item dois: esse aumento na questão de pessoal e encargos, de 159 para 209 milhões, tem a ver com o Regime Jurídico Único, que vai impactar no sentido de segurar o corpo clínico do hospital. Parece que isso está vindo num projeto de lei na Casa.

Por fim, o que vai dar para fazer da recuperação do parque tecnológico do hospital? Ou seja, além da UPA, além de garantir os profissionais, com o Orçamento de 2015, o que dá para avançar nisso que já está sendo feito pela senhora?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Próximo é o João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA – Bom dia Vereadores, a todos os presentes, secretário de imprensa do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo. Gostaria mais de fazer afirmações do que propriamente perguntas. Apenas farei uma no final.

A grande questão, Vereadores, é que na região central não há hospital público. O único que existe é o Hospital do Servidor Público Municipal. Os outros que atendem pelo SUS não têm porta aberta, não têm pronto socorro. Essa é a grande questão, ter uma política de privatização dos leitos, privatização das unidades hospitalares, praticado pelo Estado, mas também pelo Município, através das organizações sociais. A isso também nós não podemos fechar os olhos.

A hora que chega o atendimento do pronto socorro cai tudo no HSPM. Durante anos nós carregamos vários problemas.

Quando o Prefeito Serra resolveu encerrar com a contribuição dos servidores para o Hospital do Servidor, muitos saudaram isso, mas, na verdade, ao cair a contribuição as

verbas não foram repostas pelo Tesouro. Evidentemente caiu a qualidade, houve cortes, não há contratação e assim por diante. Essa é uma discussão, a Dra. Regina sabe disso, o Sindsep está empenhado na discussão, que é necessária. Mas como o Vereador Ricardo Young colocou, há discussão entre o funcionalismo que tem dificuldades, inclusive, dentro do próprio funcionalismo para isso.

Porque se nós contribuímos para o hospital num determinado momento, sem discussão, se retirou os 3%, agora para retornar a contribuição é outra discussão que deve ser feita com certeza.

Não vejo, sinceramente, que a UPA resolva a discussão do pronto socorro. O no hospital hoje, Dra. Regina sabe disso, quando alguém entra pelo pronto socorro e precisa fazer cirurgia ou exames, sobe para os andares. Por isso, a UPA por si só não resolve o problema.

Em minha opinião, falta investimento na saúde, e era necessária a construção de um hospital público na região central, porque não há. Tudo bem, não tenho todos os dados estatísticos da necessidade, mas penso que era necessário.

Para encerrar, penso que são várias questões que se arrastam: uma é o regime de contratação que será discutido nesta Casa; outra são os salários defasados, assunto que já foi dito aqui, não vou repetir.

A pergunta que quero fazer é sobre uma demanda, sempre colocamos a necessidade da ampliação dos ambulatorios descentralizados. Há alguma perspectiva nesse sentido, porque de outra maneira também os ambulatorios descentralizados, do HSPM, permitem um esvaziamento, não total, do hospital, o que permitiria um melhor atendimento das regiões para os servidores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Próxima Sra. Janice Rodrigues, por último o Sr. Daniel Aymoré Ferreira. Dra. Regina, na hora das suas considerações, se a senhora souber, diga qual era o valor da contribuição dos servidores para o hospital, do ponto de vista

do montante de recursos. Não sei se a senhora tem.

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIÊ – Não, só o quanto era retirado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Está bom. Sra. Janice, por favor, por três minutos.

A SRA. JANICE RODRIGUES – Bom dia. Primeiro eu quero falar que super discordo do Vereador Nomura quando falou que é justo atender o SUS no Hospital do Servidor Público Municipal. Tenho passado algumas situações bem desagradáveis, meu pai é funcionário público, há 28 anos, está lá internado há 40 dias.

Acho injusto porque como fechou o Glória, a Santa Casa e não há atendimento de emergência no Centro sim, mas vamos jogar tudo no Servidor Público? Ocorre que a mesma equipe médica que atende lá, na emergência, é a que atende o funcionário também. É uma equipe médica única.

Quando eu vi a Dra. Regina falar em orçamento, ela falou em aumentar no caso, o salário. Quero saber se não seria mais viável contratar novos funcionários, uma vez que está atendendo por outros hospitais. Fechou o Glória, mas não mandou seus funcionários para lá, não tem auxiliar de enfermagem, enfermeiro e nem médico do Glória, mas têm pacientes que vieram de lá. Por que aumentar o salário e não contratar mais?

Não seria interessante também investir na requalificação profissional, uma vez que a comunicação com qualquer funcionário lá é péssima. Tenho em minhas mãos uma carta que foi enviada para a Ouvidoria de lá e não foi respondida. Não fui eu que mandei, a pessoa passou para mim. Foi mandado assim: “Senhora, vossa manifestação será encaminhada no setor responsável.”. Só um detalhe, foi enviado a ele pelo *e-mail* da Ouvidoria do Hospital do Servidor. Nem a Ouvidoria não responde, imaginem um auxiliar, enfermeiro, médico. A gente não consegue ter informações de paciente nem de nada lá dentro. É bem complicado mesmo. Eu tive algumas opções, mas por outros meios. Não lá dentro.

Segundo, quando a gente fala que tirou a contribuição, tirou isso quando? Ou seja,

no caso do meu pai que trabalha há 28 anos na Prefeitura, pagou a vida inteira, agora ele vai usar, justo agora que não tem mais a contribuição. Quando a gente fala que tirou a contribuição, isso fez diferença para que caísse tanto a qualidade do tratamento lá? Será que fez tanta diferença a falta dessa contribuição?

Vendo agora o orçamento que eu imaginava era 10 vezes menor, penso que hoje, quando vejo o Orçamento, não faz jus ao que realmente vem sendo. Falo isso porque muitas coisas lá deveriam ser mudadas.

A gente está falando de reforma, alguém falou da reforma que foi apresentada e não foi feita, lembro que na Geriatria, 11º andar, em cima do leito tem uma parede descascada com bolor. Consta lá na frente que aquilo foi reformado no ano passado. Aí eu penso: como que aquilo foi reformado se nem a parede foi pintada? Ou seja, não foi reformado, a parede está caindo, de fato.

São várias coisas, muitas mesmo, eu vou encaminhar novamente para o Hospital do Servidor Público Municipal, para que se analise se existe alguma possibilidade de haver uma melhora para o funcionário público, uma vez que o hospital se chama Hospital do Servidor Público Municipal. Não deveriam estar nem discutindo as questões SUS.

Só para concluir, quero falar que realmente deve ser pensado em outro hospital, não continuar fazendo no Hospital do Servidor aquele excesso de atendimento que existe.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Só para dizer eu não falei que acho essa questão da utilização também pelo SUS.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Não falei isso. Houve um equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Depois vou pedir para voltar a fita. Sr. Daniel, último inscrito.

O SR. DANIEL AYMORÉ FERREIRA – Bom dia a todos, Vereadores, membros dos conselhos participativos, dos sindicatos, população paulistana presente, nós estamos pelo

Grupo do Bem-Estar e da Felicidade e queríamos perguntar para a Dra. Regina qual é o número de leitos ativos do Hospital do Servidor Público Municipal? Qual é a taxa de ocupação do hospital no presente momento, no exercício de 2014? Qual a sua projeção para 2015? Qual é a média de permanência? São indicadores de gestão do hospital super importantes.

Nós falamos aqui porque o Grupo do Bem-Estar e da Felicidade atua em várias áreas, com forte ênfase na saúde pública. Como se trata de dinheiro público, precisamos avaliar a capacidade gerencial do hospital.

Isso é importante porque a população quer saber: qual é a taxa de ocupação do Hospital do Servidor Público Municipal? Qual é a média de permanência? Quanto tempo, em média, os pacientes permanecem? Quem é funcionário público, tem os seus parentes e si próprio internados lá, quanto menos a pessoa permanece no hospital melhor é. Menor o índice de infecção hospitalar e de mortalidade. A senhora sabe disso. Por isso, a senhora precisa dizer para nós, nesta audiência pública, nós não podemos debater apenas números frios.

Outra questão importante, quantos por cento do orçamento do hospital é consumido em folha de pagamento e quanto vai para materiais e medicamentos. Dentre os medicamentos, quais são os que comprometem a maior parte do seu orçamento? São os antibióticos, sangue, hemoderivados? Precisamos saber disso também.

Eu queria dizer que o Hospital do Servidor Público Municipal presta relevante serviços ao Sistema Único de Saúde, aos próprios servidores que merecem um bom atendimento. O Grupo do Bem-Estar apoia que o Hospital do Servidor Público Municipal melhore o atendimento para o servidor.

Também entendemos a fala do Walter, e de outros, que o SUS precisa ser fortalecido, realmente a cidade de São Paulo precisa de um atendimento hospitalar de qualidade na região central. Um hospital público municipal que atenda realmente a todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Concluída a lista, vou passar para a Sra.

Regina, para as respostas, em seguida, vamos suspender por um minuto.

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIE – Bom não sei se vou conseguir me lembrar de tudo o que foi perguntado, mas o Sr. Fábio perguntou o número de leitos: nós temos 271 leitos operacionais. Não tivemos concurso em 2014, foi em 2013, temos ainda lista de chamada em algumas áreas, o hospital ficou muitos anos sem concurso.

Eu gostaria de dizer que não temos falta de cardiologistas neste momento. Pegamos o hospital com o pronto socorro infantil, nos finais de semana, sem atendimento por falta de pediatra. Há, mais ou menos, oito meses isso foi resolvido, o hospital reabriu a porta no final de semana no pronto socorro infantil.

Então acho que por conta do serviço que ele presta, há um serviço considerado de excelência na área de saúde, pela localização, por um milagre conseguimos contratar profissionais médicos. A não ser em algumas áreas, que não é algo exclusivo do HSPM, mesmo com salário do médico tão baixo como é lá, é algo nacional. Estamos formando poucos pediatras, os anestesistas, como eu disse, não se sujeitam mais ser funcionários públicos. Não temos o problema hoje com contratação. Acredito que, se for aprovado o Sistema Jurídico Único, essa situação do HSPM melhore bastante. Temos essa esperança.

Neste ano – o Sr. João também falou, acho que dá para conversar com os dois –, conseguimos atualizar um número bastante grande de equipamentos. Pegamos o hospital com os equipamentos muito sucateados. Na área de imagem, endoscopia, estamos terminando a recuperação de três salas de cirurgia, desde a mesa, os equipamentos necessários, foram quase 4 milhões que investimos na área de equipamento. Estamos conseguindo reatualizar o hospital.

Não esquecer que o Hospital do Servidor Público é um hospital de ensino, tanto ensino médico como recebe estágio de várias áreas como enfermagem, fisioterapia, nutrição. Não podemos perder isso de vista, da responsabilidade que temos com relação ao ensino também.

Com relação à UPA, o custo da construção fica em torno de 6 milhões, mais ou menos, depois passa a receber do Governo Federal um repasse próximo de 270 mil reais mensais, que sairia um pouco do que hoje o HSPM gasta no setor de urgência.

Sobre equipamentos já respondi, João.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIÊ – Do recurso público num hospital que é corporativo isso faz parte da discussão. Se a discussão ainda não avançou essa é uma das coisas que dá certo embate, como deu certo embate: o servidor quer mesmo? Hoje a gente tem um pouco de dúvida. O servidor, de fato, quer esse hospital de volta para ele? Precisamos fazer um plebiscito para ver se o servidor está disposto a voltar a contribuir com o Hospital do Servidor Público? Isso tem que ser conversado.

A Janice perguntou: por que ao invés de aumentar o salário não aumentamos o número? Os salários praticados pelo hospital são muito ruins. De fato ruins. Hoje não tem mais competitividade no mercado. Por isso, fizemos o concurso, o funcionário entra, a gente treina, capacita e o funcionário sai.

A gente perde hoje até para o próprio serviço municipal, o salário ficou defasado, a lei do HSPM ficou totalmente diferente do restante.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIÊ – Fico um pouco preocupada quando se fala em qualidade. Acho que fazemos algumas coisas que poderiam ser bem melhor. Há uma capacitação constante no hospital. Inclusive, para o funcionário progredir ele precisa ser capacitado. Agora, há coisas ruins acontecendo, mesmo.

Fico preocupada com o que você trouxe da Ouvidoria. Porque as ouvidorias têm que chegar para mim, vão para as suas áreas e passam por mim. Faço questão de ver, de ter acesso do que vocês estão reclamando. Então gostaria que você entregasse essa ouvidoria para mim. A Ouvidoria é uma ferramenta de gestão, foi uma das coisas que nós transformamos

no hospital, quando eu entrei, que passassem num determinado momento, todas essas reclamações por mim. São muitas, você tem toda razão.

Quando ao 11º andar, está lá mesmo o vazamento. Vamos trazer os pacientes para o 10º para poder reformar o 11º. A gente reforma, como a estrutura está ruim, quando acaba volta a vazar de novo. É complicado. Mas vamos reformar o 11º, isso já está previsto.

Você vai me desculpar, Daniel, eu posso mandar tudo isso que você pediu, mas não trouxe hoje porque vim preparada para uma audiência de Peça Orçamentária. Estou sendo tão sabatinada hoje aqui! Acho que você tem toda razão, são indicadores, mesmo. Eu já posso responder uma coisa: a nossa taxa de ocupação é muito boa, está dentro do esperado. Mas eu vou encaminhar, gostaria que você me mandasse, vou encaminhar, posso até apresentar em outro momento onde fôssemos discutir o assunto.

Temos uma taxa de ocupação ruim, acima da média, porque somos um hospital escola. Temos pacientes internados há mais de três anos, são pacientes que entram e, por questões sociais, não saem mais. Eles moram no HSPM. Temos vários pacientes que estão há mais de três anos lá, o que puxam a taxa para cima.

A nossa taxa de infecção hospitalar é muito boa.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIÊ – A folha de pagamento do HSPM está por volta de 48%. De investimento, 20 milhões.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIÊ – O Conselho Gestor existe, sim, Fábio. Acabamos de fazer eleição, toma posse no dia 26, se você quiser comparecer, vai ter uma posse solene. O Conselho Gestor não tem remuneração, Fábio.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIÊ – Não, não. O Conselho Gestor do HSPM funciona, tem reuniões mensais, sou presidente, participo de todas as reuniões, temos todas as

atas, se você quiser ter acesso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Não precisa de dotação orçamentária, o Conselho Gestor funciona sem dotação. O Vereador Ricardo Nunes pediu uma última questão.

O SR. RICARDO NUNES - Por derradeira.

Dra. Regina, temos na ação 4121, R\$ 18.156.000,00, de servidores comissionados no Hospital do Servidor Público Municipal. Essa Peça ainda tem valores que são do Fundo e que não estão aqui dentro. A senhora sabe do geral quanto efetivamente, além desta Peça, o que tem do Fundo e de outros recursos que estaria destinado ao HSPM?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – É. Mas vai para o Hospital do Servidor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Quem são os comissionados que prestam serviço para o Hospital?

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIÊ – Nós temos bastante, são funcionários que a gente chama de CLF, que são funcionários da autarquia ou da (Ininteligível), que estão aqui por algum motivo, pediram transferência para hospital e prestam serviço. É bastante, não é um número pequeno não.

O SR. RICARDO NUNES – Pelo menos, temos 232 milhões, mais 18 milhões que são de recursos do Fundo, usados no Hospital do Servidor.

Dra. Regina, só para concluir da minha parte, como relator, esse orçamento atende o Hospital do Servidor Público?

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIÊ – Neste momento sim, Vereador.

O SR. RICARDO NUNES – Neste momento sim.

Muito obrigado. Presidente, da minha parte está concluído.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Quero agradecer a Dra. Regina e aos assessores que a acompanharam.

Vou suspender por um minuto para que a Dra. Regina possa se deslocar e combinarmos aqui a continuidade.

Aproveito para perguntar se estão presentes os representantes do Serviço Funerário.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Ok. Vou suspender por um minuto.

- Suspensos os trabalhos são reabertos pelo Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Reabertos os trabalhos, consulto os Vereadores Aurélio Nomura e Ricardo Nunes para que possamos fazer o encaminhamento.

Enquanto se resolve, quero perguntar do Serviço Funerário está a Sra. Ruth Cândida de Lima Guastalle, é isso? A Sra. Silvana Azevedo e o Sr. Anésio Floresti Filho. Ok.

Feita a apresentação do orçamento do Fundo, consulto o relator e o Vereador Aurélio Nomura se têm perguntas aos representantes da Secretaria.

Pela ordem Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Queria saber quem é do Serviço Funerário que está aí, porque dependendo de quem for, se for o Superintendente, farei uma sugestão de...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Não? Todos são representantes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Indicados como representantes, estão aqui a Sra. Ruth Cândida de Lima Guastalle, a Sra. Silvana Azevedo e o Sr. Anésio Floresti Filho.

Não veio a Superintendente, portanto aqui a sugestão é que voltássemos ao debate da Saúde, com os representantes do Secretário, para que concluíssemos essa primeira parte e, em seguida, pudéssemos ouvir o Serviço Funerário.

Pela ordem Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Eu gostaria de voltar à questão anterior, porque, na realidade, é o seguinte: sempre, nas audiências públicas da Comissão de Finanças, quem

comparecia aqui era o titular. No caso, por exemplo, da ausência, ele era convidado novamente para comparecer em outra audiência pública, porque é muito importante que nós possamos ouvir o titular, o Secretário ou o Superintendente do Serviço Funerário.

Eu gostaria de propor que nós marcássemos outra audiência convidando o Secretário de Saúde, que pudesse aqui comparecer, para prestar esclarecimentos, é de fundamental importância a sua participação, aqui nessa Casa, como também, da superintendente do serviço funerário, em não ouvir os representantes. Tenho maior respeito, por todos os funcionários, servidores, mas acredito ser fundamental e essencial à presença do Secretário e do Superintendente do Serviço Funerário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Ok. Vou consultar o relator e vou emitir minha opinião e encaminhamos.

Com a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Deixo essa decisão ao presidente, tendo em vista, como relator, preciso ouvir todas as partes, mas também, assiste razão ao nobre vereador Aurélio Nomura, podemos ouvir as pessoas para deixar consignado, que também acredito ser uma total falta de respeito com essa comissão, a não vinda do Secretário, Superintendentes, para não dizer outra palavra. É lamentável.

Agora, gostaria de pedir ao nobre Vereador Aurélio Nomura, nas audiências públicas do ano passado, começamos em setembro, esse ano por conta da eleição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Não era possível realizar audiência, antes do dia 30 de setembro, porque a Peça Orçamentária chega na Casa dia 30. As reuniões de audiências foram feitas pelo Executivo, antes do dia 30. A Prefeitura fez antes, nós fizemos depois. Fizemos em outubro, novembro, como estamos fazendo agora. Fiquem a vontade.

O SR. RICARDO NUNES – Esse ano, sendo um ano eleitoral, ficamos com o tempo mais apertado ainda, aí o Secretário não vem, atrapalha ainda mais nosso trabalho. Mas gostaria de prosseguir deixando consignado que concordo com o nobre Vereador Nomura de

estarmos prejudicados por conta da ausência do Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a concordância dos Srs. Vereadores Ricardo e presidente em exercício, passemos as perguntas aos representantes da Secretaria.

Com a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes. Quem vai responder, é o Dr. José Claudio Domingos.

O SR. RICARDO NUNES – Tem nos preocupado bastante as transferências de recurso do Governo Federal. Falando de uma forma ampla, na Peça como um todo, depois vou detalhar a parte da saúde, tem uma previsão aí, de transferência da União de 5,4 bilhões, foi transferido agora até setembro, de 2014, apenas 207 milhões. É bastante preocupante, com relação às transferências de recurso Federal para o Município de São Paulo. Onde imaginamos que teríamos bastante o apoio do Governo Federal. Na área da saúde, qual é a análise do senhor com relação a essa transferência dos recursos federais?

Outra questão: na Peça, temos várias... Não consigo entender. Temos várias anotações com relação a emendas que foram orçadas em 2014, e não tem nenhuma proposta para 2015. Mantém-se aqui durante muitas folhas: 1, 2, 3, 4, 5... São várias. E as emendas não foram, na sua grande maioria, liquidadas. Quero saber se existe algum problema com relação a execução das emendas dos parlamentares, até para que possamos instruí-los, possivelmente, teremos aqui, emendas dos 55 Vereadores. Essa é outra preocupação.

Outra questão que gostaria que o senhor, pudesse nos auxiliar a entender, são as previsões dos custos. Temos aqui as construções de CAPs, todos estão com 6 milhões, 511 mil 667 reais. Todos CAPs; Vila Sonia, Jardim Amélia, Vila Maria, Grajaú, Vila Mariana, todos... Esse valor é só estimado, não temos ainda um projeto para ter um valor real de cada CAPs. É difícil que todos tenham os mesmos valores. Temos alteração de tipo de construção, de região. Como é caso das UBS: aqui temos três tipos de valores. Grande parte de 1.773 mil, outra grande parte, 673 mil e outra 6,758 mil. Por exemplo, UBS integral Cantinho do Céu, 6,778 mil, UBS integral Eba, Jardim Eliane II, Jardim Orion, Vila da Paz, Vila Rubi. Todos com esse valor.

Porque está tudo igualzinho? Não houve por parte da Secretaria um estudo detalhado do custo de cada, equipamento desse?

O mesmo ocorre com as UPAs de 4,829mil, 416 reais. É o mesmo valor para UPA São Luiz Gonzaga, Dr. Atual Pajerão; UPA Sacomã; UPA Augusto Gomes. Todos no mesmo valor. O que nos deixam preocupados é o detalhamento da Secretaria de Saúde, com relação a essa questão.

Outro assunto que gostaria de entender melhor é o custo de manutenção de sistemas de informação e comunicação, previstos para 34 milhões, 527 mil e 300 reais. Se isso aqui é Prodam, sistema próprio. Parece-me um valor bastante elevado com relação a manutenção de sistemas. Não se trata de nenhuma aquisição de Software, é manutenção de sistema. Repetindo 34,527,300 reais.

Outro valor elevado que gostaria se o senhor pudesse explicar para a Comissão é o custo para capacitação formação e aperfeiçoamento dos servidores, previsto no valor de 20 milhões 885 mil reais e 900. Qual é essa capacitação? Quem faria? É um valor que precisaríamos tentar entender melhor.

Outro assunto bastante preocupante, que é o custo das supervisões de saúde, que é altíssimo. Em Santo Amaro, o CEU, centro de inspeção odontológica que fica em frente ao mercado municipal é 30 e tantos mil reais o valor do aluguel e se você dividir o valor do aluguel pelo valor de próteses que lá são realizadas, o custo da prótese é mais cara do que se fosse fazer direto no mercado. Também é altíssimo o custo do aluguel, da coordenação de saúde, em torno de 50 mil reais. Temos vários espaços. Essa coordenação funcionava dentro da subprefeitura de Santo Amaro, com custo para a cidade. Passaram para outro local com aluguel altíssimo, ai tem de gastar segurança, limpeza, aluguel. Não existe uma preocupação da Secretaria com relação a esses custos altíssimos de aluguel que faz um gasto do dinheiro público municipal, principalmente na região da zona Sul. Bem conheço e posso lhe afirmar, de que não existe nenhuma seriedade com relação ao custo de dinheiro publico em alugueis.

Também a questão da implantação do prontuário eletrônico integrado ao sistema Siga, 17 milhões de reais. Gostaria, apenas de estar entendendo essas questões. Se o senhor tiver mais alguma coisa a acrescentar, para que possamos fazer o melhor possível do relatório.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – Cumprimento, inicialmente a mesa, na pessoa do nobre Vereador Paulo Fiorilo, seus componentes e todos os presentes, senhoras e senhores.

Acredito que uma coisa fundamental para entendermos a Peça Orçamentária desse ano, é uma coisa que nós, até como técnicos da área de Planejamento buscamos a muito, que é trabalhar a questão da construção do planejamento com a construção orçamentária, acoplada. Esse ano, foi o primeiro recorde que temos em mãos que, é o Orçamento regionalizado. Posso consultar e identificar no Orçamento, efetivamente a unidade que será construída e quanto existe lá de financeiro estabelecido. Isso para as outras áreas. Se formos lembrar dos orçamentos anteriores, eram em grandes blocos. Vamos construir unidades e não havia quanto, e nem, - quanto até havia – não havia onde elas estavam distribuídas. Dessa forma, com esse orçamento, ora em discussão, ele se torna muito mais transparente para a comunidade comum um todo. Isso trás também atividades para nós, bastante importantes enquanto esse novo modelo. O sétimo caderno, é da distribuição do detalhamento da ação. Esse é grande bisu(?) diferente e transparente do orçamento. E esse caderno, ainda, precisa de adequação. Estamos construindo esse processo de formação. Para a construção do Orçamento de 2015, ele parte da grande discussão que houve das metas estabelecidas pelo governo. Seria bom lembrarmos disso, porque aí situa, de que maneira esse orçamento foi construído, partimos para uma proposta de cem metas, estabelecidas, pelas Secretarias como um todo. A saúde tinha 10 metas no começo, foram feitas as 32 repassagem pelas coordenadorias, quando foram construídos os conselhos participativos em cada uma das subprefeituras e o Orçamento foi modificado para 123 metas. Esse é o total de metas, do programa de metas. Da saúde, ele tinha 10 metas e continuou com 10. Só que ele foi

adequado dentro de cada uma delas. Está lá a construção dos três hospitais, que não alterou, a quantidade de unidades básicas que serão construídas, isso houve aumento. Se todos forem verificar no “Planeja Sampa”, dá ideia de como isso está distribuído. Isso dá, para gente entende esses vários questionamentos de unidades, feito o CAPs, a UBS, e as UPAS que estão com valor, meio que idêntico em todas elas. Durante esse período de adequação da área necessária com a existência de área com a priorização de área pública, e quando não, passar para a desapropriação, isso trouxe esse caminho de 2013, invadindo para 2014, para a definição efetiva de onde a maioria das unidades serão construídas, isso, claro repercutiu aí nesse documento, sétimo que estamos falando.

Qual foi o caminho estabelecido? Para as UBS temos tipologias pensadas, diria projetos básicos, não digo a planta, ela será construída no projeto do Executivo, quando houver a definição final. Essa caracterização do valor fixo se dá, para que tenhamos na Peça Orçamentária, condições de relocação do recurso para aquela determinada unidade, dentro das tipologias. Serão do mesmo porte em termos da atenção definida, só que terão características diferentes pela questão da área destinada, e a população que será atendida. Nos CAPS, em especial, isso, também já foi definido em termos de tipologia, Pela primeira vez temos o modelo de planta que o próprio Ministério, que financia CAPS pelo País, CAPS – Centro de Assistência Psico Social, eles são definidos para crianças, adultos e usuários de drogas, e para cada um deles, tenho uma tipologia pensada, e já tenho planta definida. No Orçamento, ele aparece de uma forma idêntica, mas é, - volto a falar – no detalhamento da Peça 7, do nosso Orçamento, isso faz essa questão ficar mas clareada. Acredito que isso responde a grande maioria aqui.

Com relação as transferências federais que foi a primeira pergunta. Dependemos do repasse nacional. O acordado para o investimento foi esse e nós temos recebido na medida em que as atividades são desenvolvidas. Quando eu faço a construção de uma unidade, recebo só uma pequena parte para início da obra, e vou receber metade quando a obra estiver

lá na frente, que depende, também do Orçamento da fonte 00. Com relação as emendas, aquelas não aparecem porque irão aparecer na medida em que o Orçamento passa pela Câmara e as emendas vão surgir, por isso que elas não aparecem aí.

Com relação a custo de formação, colocado pelo nobre Vereador Ricardo Nunes, a Secretaria tem dentro da sua constituição uma escola de formação do servidor. Essa escola, para algumas atividades, tem autorização do Ministério da Educação para formação, o exemplo, é transformar os auxiliares de enfermagem que todos devem ser técnicos em enfermagem, isso é uma autorização dada pelo Ministério da Educação, pela competência da escola, em desenvolver essa formação desse profissional. Estamos buscando, praticamente zerar a existência de auxiliares de enfermagem para técnicos de enfermagem. E essa unidade, é que estabelece os cursos para cidade. Em cada coordenadoria, nas cinco existentes tenho escolas que são ligadas a essa. Então é assim: teremos seis escolas. Cinco distribuídas pela cidade, e uma no nível central, que fica em Santo Amaro, que acolhe toda essa formação. Esse investimento tem um destino, e um grupo específico para isso. com relação ao custeio da manutenção de equipamentos de informática, lembro que dentro da proposta do plano de metas temos o prontuário eletrônico. Em todos os espaços que temos discutido, tanto do conselho municipal, como nos conselhos gestores, e até no conselho de participação o CEPOP, essa meta é extremamente bem esperada, enquanto positivamente, denominada e querida por todos, porque ela vai fazer com que os profissionais possam ter acesso a todo histórico do paciente, quando for atendido em qualquer região da Cidade.

Isso tem um investimento importante, todos sabem que trabalhamos com um sistema que chama SIGA, para a sua manutenção, é caro, porque ainda está em desenvolvimento, não é um processo fechado, e o prontuário eletrônico, é um elemento que entra dentro desse contexto. E prontuário eletrônico, para que todos tenham uma ideia, é eu colocar um computador na frente de cada profissional. Todo médico terá à frente dele um computador para fazer suas anotações do atendimento dado e buscar informações do que

esse paciente já teve. Em qualquer lugar da cidade. Isso é uma meta, extremamente organizativa na atenção econômica, acoplado a isso temos uma educação permanente por meio de especialistas que darão suporte ao atendimento que vai depender também dessa informatização de cada consultório, estamos com uma licitação já em andamento esse ano, acredito que irá terminar em dias, que vai definir que vai nos facilitar a implantação desses computadores em todas as salas. Esse é o salto. Isso tem um custo importante de organização. A Cidade de São Paulo é muito grande. E trazer essa informatização dos serviços, é de suma importância para o atendimento, qualificando. E fazendo economia de processos nesse contexto. Com relação aos custos da supervisão, aluguel, essa é uma questão que nos trás ansiedade. Não dá para trabalharmos com imóvel alugado. Todos sabem que o mercado de aluguel é bastante perverso, e a gente acaba tendo de seguir o que é dado. Eu, preciso, às vezes de determinadas situações administrativas ou mesmo de atenção, temos UBS em terrenos, em construções alugadas que pagamos para manter a população precisa daquele atendimento naquela região e muitas vezes nos restam o aluguel. Para vocês terem uma ideia, a área toda de mananciais. Enquanto não houve o processo do parque de financiamento de obras para a transformação de várias áreas com construção e com isso definição de financeiro para serviços, nós não podíamos, não havia autorização de fazer nenhuma área de construção a área toda de preservação dos mananciais. A medida em que esse grande projeto de requalificação da habitação, isso trouxe à possibilidade de transformar unidades que estavam em áreas alugadas e não definidas como nossa, entrar nesse processo. Na área de mananciais tivemos à aprovação, inclusive do Hospital Parelheiros com 200 milhões determinados, posso errar aqui, são nove UBS que estão na lista que serão financiadas por esse projeto. Isso é muito importante dentro desse contexto. O SIGA, no final, que o nobre Vereador fez o questionamento, está na questão anterior que define, do prontuário eletrônico e da informatização e manutenção desse processo como um todo.

Lembrar que o siga é um software aberto, não existe nenhuma empresa titular dele,

se sair, o contrato feito será continuado porque é um software da secretaria. Ele é tão nosso, que disponibilizamos, varias prefeituras estão utilizando, aqui no entorno, e fora de São Paulo, o próprio SIGA, doado, como é um produto público ele pode ser doado. Ele tem sido encarado pelo Ministério da Saúde, como oferta para o País como um todo. Isso tem um custo, pensando aí na dimensão que a Secretaria Municipal de Saúde, atende na população.

O SR. RICARDO NUNES – Gostaria de me aprofundar em uma questão, voltando a falar aqui da Administração das Unidades. A coordenadoria regional Sul, é de 48 milhões 756 mil. Por outro lado, a coordenadoria, administração de unidade da Norte, é de 404 mil. A Sudeste, é de 9 milhões e 500. A da Leste, é 38 milhões; Oeste, 28 milhões. Esse da Sul, é muito acima da média das outras, inclusive fizemos uma comparação, onde cada uma dessas você tem um numero maior de atividades, de equipamentos.

O que gostaria de pedir, que fizéssemos uma reavaliação desse custo de administração da unidade na coordenadoria regional de saúde Sul. 58 milhões 756 mil, - estou dando apenas dois exemplos para o senhor de dois aluguéis absurdos que tem lá – do próprio escritório da Coordenadoria da Regional Sul, lá, mesmo você pode fazer uma avaliação para ver, e outro exemplo, é lá do caso Centro Odontológico de Santo Amaro. Então o disparate dos custos elevados de locação da Coordenadoria Regional de Saúde Sul, está dando reflexos aqui. Olha a diferença, com relação às outras coordenadorias. Então é preciso fazer um detalhamento com relação a esse caso. E temos na subprefeitura de Santo Amaro, o prédio está lá até hoje, com a sala desocupada, em detrimento de pagar o aluguel absurdo em outro local.

Com relação a desapropriação que consta aqui do Hospital Capela de Socorro, que está em Desabe, no valor de 287 mil reais. Como não tenho o detalhamento se o senhor pudesse falar a respeito da questão.

Com relação ao SIGA o senhor comentou, mas não entendi. Está certo? É isso mesmo? 43 milhões para manutenção em cima de informação e comunicação? E mais 11

milhões do SIGA? Não consegui entender.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – Essa questão da quantidade de financeiro em cada região, primeiro o que temos a avaliar é o mercado imobiliário de cada área. Outra, a grande maioria das coordenações estão em áreas públicas. A de Santo Amaro, não está. Fica bem, no Centro de Santo Amaro, convenhamos, é uma região extremamente grande que envolve Campo Limpo, M'Boi; Santo Amaro, Capela do Socorro, Parelheiros, Marsilac, toda, nessa coordenação.

O nobre Vereador tem razão em fazer a crítica e nós vamos buscar alternativas para que possamos reduzir isso. Não acredito aqui que isso não tem sido pensado em termos de busca. O que podemos avaliar, é que não houve condições, até o momento de mudar isso. Com relação ao SIGA, esses 34 milhões é sim. É pesado, esse investimento,. Não será repicado nos outros anos, uma vez que vamos implantar a informatização e todos os links necessários a esse funcionamento. Se eu for pensar na distribuição de tudo que é necessário para que eu possa, a partir do meu cartão SUS, chegar em uma unidade qualquer da cidade e ter acesso ao meu prontuário, ter acesso ao que estamos buscando, que é o prontuário do cidadão, não é só o prontuário médico, é o cidadão poder entrar pela Internet e ter acesso ao seu prontuário e saber a evolução, poder fazer cópia de exames, até para levar para uma outra situação. Isso tem custo elevado de implantação que está refletindo aqui. E do SIGA é esse valor mesmo, nós precisamos, porque o SIGA está acoplado a esse sistema, é ele quem faz todo gerenciamento da Assistência oferecida à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, a primeira questão é a seguinte: a Secretaria da Saúde, recebeu 120 emendas de vereadores e no dia 15 de outubro, analisou apenas 11. Gostaria de saber por que foram atendidas apenas 11? A Secretaria da Saúde entende, que essas emendas não tem mérito para que seja levado à frente. Porque não foram

levadas à frente? Diversos programas, recebendo recursos federais para suas ações, e não utilizam recursos sendo aplicados no mercado financeiro até da data do 17 de outubro, de acordo com o balanço mensal da realização da receita orçamentária. Essas aplicações renderam ao equivalente a setenta milhões para os cofres públicos.

Gostaria de entender o porquê que esses recursos federais não foram realizados e foram aplicados no mercado financeiro? As transferências dos recursos do sistema único de saúde, do item repasses, que é usado para custeio, ou seja, para serviços de atendimento à população, a Receita orçada para 2014, era de 1, 986 bilhões, mas deve vir para 1,700 bilhões. Para 2015, a previsão é de 2,81 bilhões. Ou seja, 22% a mais do que total. Todos nós sabemos o problema financeiro que encontra o Governo Federal com enormes dificuldades para fechar a conta. Conseguiríamos receber esse aumento e esses repasses do SUS que está sendo elevado em 22% a mais? Porque a Prefeitura insiste em trabalhar em receitas federais apesar de ter o pouco conhecimento da baixíssima realização?

Conforme a planilha de acompanhamento de execução orçamentária na posição do 17 de outubro nada menos de que oito projetos na área da saúde tiveram seus orçamentos reduzidos drasticamente, cito, por exemplo, a construção, ampliação e reformas de equipamentos de saúde que tinham um orçamento de 358,5 milhões e foi reduzido para 140 milhões. A construção e instalação de centros de atenção psicossocial tinham um orçamento de 54,9 milhões e foi reduzido para 12,5 milhões e nada foi pago pela Prefeitura.

A construção e instalação de unidades básicas integrais de saúde tinha orçamento de 187 milhões e agora apenas 77, 6 milhões. A construção em instalação de unidades de referência à saúde do idoso tinha o orçamento de 3,2 milhões e foi reduzido para apenas 500 mil e nada foi pago. Destaco essas três obras voltadas para a população idosa, nada, absolutamente foi pago.

Gostaria de saber se esses recursos foram desviados, retirados dos programas e para onde foram encaminhados? A Prefeitura anunciou com bastante estardalhaço a

implantação do Siga, que é o sistema integrado de gestão de atendimento, é um software gestão de recursos e serviços do SUS com o objetivo de melhorar e diminuir as filas dentre outros serviços. Para implantação do prontuário eletrônico entregue ao Siga, que iria agilizar os serviços, o Orçamento de 2014 foi de 42 milhões, porém foi reduzido para 12 milhões e nada foi pago e feito.

O senhor poderia me explicar o porquê dessa redução do Orçamento inicial? Para onde foi destinada essa diferença de 30 milhões. Outra questão é a implantação do Hora Certa. Das 32 unidades prometidas só seis foram implantadas até agora. O orçamento inicial do Programa era de 56 milhões e na posição de 17 de outubro do corrente ano tinha sido reduzido para 46,3 milhões dos quais apenas 4 milhões foram pagos. Será possível o governo instalar outras 26 unidades Hora Certa nos próximos meses antes do término do ano.

Os recursos para investimentos na área de saúde, da fonte federal 02, foram orçados em 685 milhões para 2014, porém ao examinarmos a planilha na posição de 17 de outubro apenas 8,3 milhões foram realizados, ou seja, ínfimos 1,21%, apenas isso. Para 2015 o Orçamento é de 554 milhões. Gostaria de saber por que a Prefeitura ainda quer ficar dependente das receitas federais sabendo da baixa realização e das dificuldades encontradas com o Governo Federal.

Caso esses recursos não cheguem como a Prefeitura pretende levar adiante as ações na área da saúde? O Prefeito Haddad anunciou a licitação das obras do Hospital Municipal de Parelheiros a um custo de 212 milhões, no Orçamento de 2015, na dotação construção e instalação de hospitais, estão previstos 50 milhões sendo esse valor exclusivamente na fonte 2, não destina absolutamente nada, um centavo do Tesouro Municipal. Pergunto: e se não vierem esses recursos, as obras não serão executadas?

Na audiência que tivemos aqui com a Secretária Leda Paulani ela disse que tinham recursos de 160 milhões, mas acredito que ela deva estar enganada na leitura, pois a natureza da despesa refere-se a obras e os recursos são de 50 milhões e não 160 milhões.

Qual o valor pago para a desapropriação para a instalação do hospital municipal de Parelheiros? Fiz essa solicitação há dois meses e até hoje não obtive a resposta, quem sabe eu possa receber essa resposta aqui. O total dos itens de impostos que incluem o IPTU, o ISS, o ITBI, o imposto de renda, ICMS e IPVA o Orçamento para 2014 é de 29,4 bilhões para 2015 a proposta orçamentária é de 31,9 bilhões, ou seja, um aumento de 8,5%. Por que a área da saúde também não foi contemplada com esse aumento de 8,5% mesmo porque pretende-se arrecadar o equivalente a mais?

O programa DST/AIDS foi orçado em 17,8 milhões, mas foram realizados até setembro 5,5 milhões. A proposta para 2015 é de 21,1 milhões, ou seja, um reajuste de 18%. Por que a Secretaria não está aplicando a sua totalidade e porque desse reajuste extremamente pequeno tendo em vista a necessidade de investimentos nesse setor? Eram essa preliminarmente as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Dr. José Claudio.

O SR. JOSÉ CLAUDIO – Nós não viemos preparados para discutir a execução orçamentária de 2014. A Secretaria Municipal de Saúde tem por obrigação frente a lei que coordena o desenvolvimento orçamentário do SUS fazer a apresentação do seu Orçamento na Câmara e há algumas semanas nós fizemos a apresentação da execução orçamentária de 2014 do segundo quadrimestre, anteriormente, o Secretário vinha para discutir trimestralmente e a partir da lei que modificou a emenda 29 passou a fazer isso quadrimestralmente. Sempre vem o Dr. Filippi ou quando está de férias vem o nosso Secretário-Adjunto fazer isso. Os presentes aqui sempre estão no plenário no dia da apresentação.

Uma semana anteriormente ele faz isso no Conselho Municipal e depois na semana seguinte vem à Câmara Municipal e faz isso na comissão de saúde apresentando o Orçamento.

Eu não tenho condições de fazer essa análise tão profunda que o nosso Vereador nos pediu e posso afirmar, exemplos: por que o valor de Parelheiros está com esse valor? Se

olharmos a peça orçamentária está com 160 milhões e não 50 que o Vereador apontou, eu não sei de onde sai esse valor. Na nossa conta está 160 milhões, lembrando a minha fala com relação ao Hospital de Parelheiros, foi definido ser financiado pelo PAC mananciais 100% pela verba do Ministério das Cidades, não haverá investimento municipal...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Gostaria de passar às suas mãos o detalhamento quando diz respeito a fundos municipais onde indica 50 milhões.

O SR. JOSÉ CLAUDIO – É bom o senhor passar porque as nossas contas apontam em 160 milhões.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Esse detalhamento está equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – A Peça Orçamentária está aqui na minha mão, essa aqui é a Peça Orçamentária, essa daí eu não sei o que é. Está aqui 160 milhões. Esse é o documento encaminhado como proposta orçamentária.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Isso aqui diz respeito ao Fundo Municipal onde está escrito item: “construção e instalação de hospitais” 50 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vereador estou com a Peça, vou dar a Peça para o senhor.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas eu não estou falando disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Mas estamos discutindo a Peça Orçamentária. Isso foi extraído de onde?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Está no Fundo, o senhor não sabe ler, desculpe-me?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Eu vou auxiliar o senhor.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Nós estamos ouvindo o representante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Mas o senhor acabou de interromper o representante. Estou presidindo aqui na tentativa de contribuir sempre. Estou passando ao senhor a Peça Orçamentária. Vou passar ao Sr. José para que possa fazer as considerações dele e vou devolver o seu papel.

O SR. JOSÉ CLAUDIO – No elemento da construção nós temos lá os 160 milhões referidos. Com relação ao valor pago pela desapropriação não tenho o valor exato aqui e não gostaria de pronunciá-lo uma vez que esses debates são gravados e transmitidos para a sociedade e me comprometo a mandar isso por escrito ao Vereador Nomura o valor exato dessa desapropriação que já houve. Eu não sei se alguém de Sempla tem esse dado, acho que não. Não viemos preparados para discutir o Orçamento de 2014, fica difícil para gente apontar isso.

Com relação a essa questão toda dos projetos orçados e aumentados. O exemplo da DST/AIDS isso foi, por isso que mencionei a questão da prestação de contas 2014 no segundo quadrimestre. Isso foi apontado pelos dois plenários em que apresentamos o Orçamento. Por que DST/AIDS está com Orçamento menor? Sentamos com todas as áreas que foram apresentadas lá na Câmara e no Conselho Municipal e já definimos um plano para que quando formos apresentar a prestação de contas no final do...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Há uma dúvida orçamentário se pudermos esclarecer todo mundo sai esclarecido. Tem a palavra o senhor José Claudio.

O SR. JOSÉ CLAUDIO – Pensando na prestação de contas, isso para a Secretaria é de suma importância o desenvolvimento orçamentário que fazemos e apresentamos. O Secretário vem a Câmara Municipal na Comissão de Saúde para fazer a sua descrição de como foi orçado, a população faz os seus questionamentos e o Secretário sempre responde. Estou vendo várias pessoas que participam desses momentos.

Com relação a efetivos gastos desses repasses que não ocorreram, primeiramente, é de obrigação municipal o investimento daquele dinheiro que chegou e colocar no mercado financeiro para que a gente não perca a desvalorização ocorrida. Com relação ao baixo desenvolvimento foi identificado tanto pelo Conselho Municipal quando pela comissão de saúde e pelos participantes que lá se encontravam foi DST/AIDS, que tinha um desenvolvimento baixo.

Pensando no segundo quadrimestre, qual é o limite que deveríamos ter de execução? Em torno de 66%. Cada quadrimestre 33,3%. Estávamos na área. DST/AIDS, a escola municipal, saúde do trabalhador e saúde mental estavam com uma redução da sua execução, não era saúde mental, não. Essas três todas elas tinham uma execução de 30% se as pessoas lembram da apresentação que o Secretário fez, foi definido com cada área onde estava havendo o problema porque não queremos chegar na próxima prestação de contas com dinheiro parada de investimento nacional. Que nem é a grande maioria de investimento da verba 02 e já foi definido um plano de trabalho para que cheguemos na apresentação final da execução orçamentária de 2014 com isso mais próximo possível dos 100% de execução.

Todas as áreas estão com licitação em andamento, processos licitatórios que vão terminar e dar conta desse financeiro até lá.

Acho que isso responde a grande maioria de perguntas com relação ao que foi investido em 2014 e o que se pretende. Para 2015 em cima dessa busca de fazer com que o investimento que foi definido para 2014 seja executado é evidente que vamos buscar mais financiamento e o que foi apontado vem em cima da melhoria tanto da prestação de contas daquilo que realizamos e isso é uma busca contínua para que cada serviço aponte o que foi executado para que possamos do Ministério ter o repasse executado, haja visto o Samu, que é uma área bastante importante na área de emergência na cidade. Houve um investimento importante de custeio para o Samu em cima da organização da nossa peça de execução junto ao Ministério e o repasse foi feito para custeio das ações que não haviam sido feitas.

Esse é um exemplo importante de adequação do Orçamento com aquilo que existe de verbas nacionais dispostas para a municipalidade executar e que não havia nas gestões anteriores, estamos aprimorando. Comprometo-me a enviar ao Vereador o relatório de execução e digo mais esses dois relatórios e a apresentação que o Secretário fez está disponível no site da Secretaria e no da Câmara Municipal para que possa buscar mais informações. Também me comprometo a trazer o valor pago pela desapropriação do Hospital

Parelheiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só para dirimir, na realidade, o que tenho aqui é a proposta orçamentária, voltando à questão do Hospital de Parelheiros. Ou o detalhamento está equivocado, ou a Peça Orçamentária está errada porque eu me baseei nos 50 milhões no Orçamento e não no detalhamento. Então, eu gostaria de passar para o nosso relator porque 160 milhões diz respeito à reforma e não à construção. É importante que falemos porque o documento apresentado pelo Vereador Paulo Fiorilo diz respeito ao detalhamento do Orçamento, mas isso aqui é o Orçamento, mas é o Orçamento, portanto, é bom que se deixe claro essa dúvida que está sendo levantada.

Solicito a necessidade do comparecimento do Secretário mesmo porque precisamos discutir a questão do eu foi investido nesse ano para analisar o Orçamento do próximo ano. É importante essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Com relação à assuntos de recursos 00, olhamos no código 3101 e temos zero da fonte 00 e 54 milhões da fonte 02. Para UBS é a mesma coisa, temos zero, de fonte de recurso 00, e 76 milhões da fonte 02. Para URSI temos zero, de fonte de recurso 00, e 500 mil da fonte 07.

Construção de instalação de centros de detenção psicossocial, da fonte de recurso 00 é zero, mesma coisa acontece com o CER, com a reforma de unidade de pronto-atendimento, da rede Hora Certa.

A minha dúvida técnica como relator do Orçamento, sem a fonte de recurso 00, estaremos sem a contrapartida para receber os recursos federais? Teria de ter um percentual da fonte de recurso 00 para as contrapartidas ou já está tudo adquirido, os terrenos? Só para poder entender porque não tem nenhuma fonte de recurso 00 nessas importantes ações da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Registro a presença do Vereador Gilson Barreto.

Vereador Nomura é preciso esclarecer porque chegamos a um acordo de que o anexo sétimo e o demonstrativo dos fundos municipais que está no volume cinco tem a necessidade de uma precisão porque o valor estabelecido para o hospital, apresentado no sete, é de 160 porque tem a ver com os recursos do PAC e o detalhamento do demonstrativo de fundos do volume cinco apresenta para obras o valor de 50 milhões na natureza de despesa e na de 160 milhões apresenta para contratação de terceiros, reformas, etc. Depois cada secretaria deve dar uma checada no código indicado para ver se não há nenhuma contradição.

Tem a palavra o Sr. José Claudio.

O SR. JOSÉ CLAUDIO – Com relação ao questionamento do nobre Vereador, quando não aparece no Orçamentário a fonte 00 é que vai ser toda financiada pelo Ministério. O CER tem o financiamento dado pelo Ministério para a sua implantação. De que maneira faço isso? Entro dentro do sistema nacional e faço o cadastro do serviço, todos os documentos necessários são enviados, a grande maioria das áreas são públicas por isso que não aparece 00 e vou usar do projeto nacional, do CER, quase sete milhões para cada centro especializado em reabilitação. É um investimento bastante pesado do Ministério dentro dessa área. A questão de trabalhar isso vem de encontro ao que o Ministério tem feito no País todo, que é a implantação das redes de assistência.

O município de São Paulo já acordou as quatro redes que estavam abertas para isso: a rede cegonha, foram aprovadas todas em 2013, a rede psicossocial, a rede pessoa com deficiência e não lembro a outra. Elas todas tem um investimento pesado, é a forma que o Ministério estabeleceu para que haja investimento na assistência sem a fadada melhoria da tabela de produção que é tão perseguida por todos para que possa melhorar difusamente o investimento dado por cada município através das redes temos a implantação da atenção daquela área pensada para que os serviços trabalhem em rede. Isso justifica o porquê do 00

da fonte e o investimento está no peso da fonte do Ministério da Saúde.

- Assume a presidência o Sr. Ricardo Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro Alves, entidade Nosso Sonho.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Bom dia a todos. Sou do grande Conselho Participativo da Região de Itaquera. Se não fosse trágico, seria cômico. O único dia que não participei de uma audiência geral foi no dia 16 porque ninguém comunicou. O Planalto tem uma (palavra ininteligível) há mais de dois anos e veio para o Ministério Público e Câmara Municipal em abril. Como corri atrás e solicitei uma posição, daí tudo bem.

O Secretário compareceu só que não deu a resposta que interessava a gente. Outra, onde está sendo construído o CAPS? Onde é que está o idoso? Papel tudo aceita, só que a população não é tão idiota, tão imbecil, como parece. O que está passando aqui eu vou passar para a comunidade porque CAPS, Hora Certa, UPA, até hoje nada foi feito e quero uma resposta do Sr. Secretário. O Fillipi quase nunca vem em audiência e toda vez que vem não dá uma resposta, sai antes do tempo. Eu quero uma colocação. Waldomiro de Paula (palavras ininteligíveis) sei lá o nome dele, foi lá no Planalto, não levou nada documentado, uma resposta evasiva.

Eu sou do Conselho, da supervisão do Planalto e também sou do orçamento participativo, votada pela população, não indicada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sra. Ruth Costa, da Comissão de Moradores do Jardim Brasília.

A SRA. RUTH COSTA – Bom dia a todos. Faço parte da Comissão de Moradores do Jardim Brasília e esse bairro pertence ao Distrito da Brasilândia, zona Norte. Para a zona Norte foi prometida a construção de quatro UBSs., sendo que essa a UBS Manuel Fernandes Leão – que é a que estamos aqui para solicitar dotação orçamentária suficiente para garantir a sua construção – já consta no Plano Plurianual 2014-2016. A UBS que deveria atender o jardim

Brasil e o jardim Vitória Régia está com superlotação de mais de 70 mil pessoas. Então sem condições de atender a população.

Portanto, estamos aqui para pedir, solicitar, a dotação orçamentária para garantir a construção da UBS Manuel Fernandes Leão. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes - PMDB) – Muito obrigado, Sra. Ruth. O terceiro inscrito é o sempre presente Fábio Siqueira, do Movimento Resistência Orçamento Participativo.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador Ricardo Nunes. Saúdo o ex-Vereador Ítalo Cardoso e à população presente.

Sinto muito falta deas conselheiras e conselheiros municipais de Saúde. Era para estarem lotando esse plenário. Até temos alguns aqui e era para termos muito mais, diante dessa situação caótica, Vereador Aurélio Nomura, que está a Saúde na cidade de São Paulo. Quer dizer, 2014 foi um ano perdido no Orçamento da Secretaria de Saúde. E isso, num segundo ano de gestão, é muito grave acontecer.

A questão do idoso, por exemplo, muito bem lembrado pela nossa emérita Conselheira Maria do Socorro Alves: como explicar à população do Butantã, bem como da Capela do Socorro, de São Mateus, de Pirituba que as URSIs – Unidade de Referência à Saúde do Idoso estão com execução zerada, como foi dito à Mesa.

Até quando o idoso vai esperar a sua URSI? Será que o idoso é prioridade para essa gestão? Claro que não. O Prefeito Haddad, na sua primeira versão do Plano de Metas, colocou a malfadada Operação Delegada e não colocou o idoso. Quer dizer a prioridade do idoso não é dessa gestão. Já foi falado isso aqui: que o Prefeito Haddad não gosta do idoso, se não, ele executaria o orçamento para o idoso na cidade de São Paulo. A prioridade realmente tem de ser a população da terceira idade.

A mesma coisa com o Centro-Dia, mais 5 prometidos. Tem uma lista de promessas e não é que faltou dinheiro. O dinheiro foi mal utilizado, mal priorizado. É uma característica

muito séria nessa gestão.

Outro exemplo, Centro de Reabilitação que é uma *interface* com a Secretaria da Pessoa com Deficiência: 0,4% executado até agosto desse ano. Foram 200 mil reais! Queria saber se foi inaugurado algum Cer com 200 mil reais. Realmente, chegamos ao ponto da vergonha nacional.

Também queria registrar os bairros do Ipiranga, Itaquerá, Itaim Paulista, Tremembé e M'Boi Mirim. Os Centros-Dia não estão prontos nesses bairros. A prioridade é 2014. Alguns deles até com inauguração em dezembro de 2014.

Então a execução orçamentária, senhores, vai ter de ser discutido assim, pois vocês não fizeram o trabalho de vocês. Deveriam executar o Orçamento. Isso realmente é uma vergonha. É importante ser registrado. A exemplo das Unidades de Inclusão da Pessoa Idosa, as UIPIs, também não executados. O valor é até pequeno, poderia ser executado 200 mil reais, por exemplo para o Butantã e não foi.

Os CAPs, 55 milhões, aprovados nessa Casa o ano passado. Por que não tem nada executado nesses oito primeiros meses? Onde foram parar os 55 milhões dos CAPs?

Outra questão realmente deixou de ser prioridade nessa Administração: álcool e drogas. Tem uma lista de vários CAPs a serem executados.

Município da Freguesia-Brasilândia que falou aqui: a UBS Manuel Fernandes Leão. A senhora sabia – e os munícipes sabiam - que a dotação para esse ano era de R\$ 5,5 milhões? Sabe quanto foi executado para essa dotação? Foi uma dotação ínfima que não chega a 10%.

Provavelmente não saiu essa UBS, porque a execução das novas obras das tais UBSs integrais não foram executadas a contento. Daí, lembro-me da UBS Jardim Julieta. Foi9 aprovada no Orçamento Participativo desde 2002. Estamos indo para 2015. Quer dizer, há 13 anos que uma UBS não sai do papel numa área periférica prioritária na cidade de São Paulo.

E, já concluindo, cito a questão, prioritária também, da Conferência Municipal de

Saúde. Existe verba no Orçamento e pergunto: haverá conferência esse ano ou não? Chega da história de ser bienal a conferência. O assunto da Saúde é premente e merece uma conferência anual como era historicamente.

Por fim, uma aberração criada pela Secretaria de Planejamento: foi anulada a dotação do Programa de Saúde da Família. O Programa da Saúde da Família sumiu do Orçamento. Está no orçamento de segundo nível, mas não no orçamento geral da cidade de São Paulo. É incrível como o Programa de Saúde da Família sumiu da Peça Orçamentária macro, não estou dizendo do anexo. É algo irregular e deveria ser consertada por essa comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes – PMDB) – Foram quatro minutos e vinte e cinco, você está me devendo um minuto e meio na próxima audiência pública. Brincadeira. Você sempre colabora bastante.

O próximo inscrito é o Sr. Laerte Brasil, da UNE Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Vou começar a pontuar as unidades da Rede Hora Certa.

Tivemos a participação em 14 conferências nacionais como delegado nacional, em Brasília. Da 10ª até 14ª, apresentamos uma tese de criação da Rede de Unidade Hora Certa em todas as cidades do País.

Desde 64, quando do Golpe Militar, até 88, os militares sucatearam o Sistema de Saúde Pública nas cidades brasileiras e, assim, transformaram numa verdadeira aberração as filas em todos os hospitais e a população não é atendida.

Participamos de 32 audiências públicas dos Planos de Metas da Gestão Haddad sempre pontuando que esse serviço deveria ser extinto nas 32 prefeituras, mas, até agora, foram construídas apenas seis.

Quero perguntar à Secretaria se esse serviço vai ser feito, ou seja, as 32, até o final da gestão do Prefeito Haddad. Essa é a primeira pergunta.

A outra é: apresentamos também a construção do hospital de excelência no centro da cidade de São Paulo para atendimento à criança e ao adolescente, separadamente. Isso, entretanto, não foi contemplado no Plano de Metas, portanto, quero saber se é possível a retomada de construção desse hospital.

Tenho ainda outro questionamento, é sobre as UPAs. Nas metas 25 e 20 diz que há construção de 20 UPAs. Quero ver com a Secretaria se não dá para construir mais 12 UPAs e, assim, estendendo-as até as 32 Suprefeituras.

Ainda mais uma pergunta. Apresentamos também nas conferências, em Brasília, a instalação de UPAs de pronto atendimento aérea, em helicópteros, com equipes médicas. Pontuamos isso no Plano de Metas no sentido de saber se seria possível instalar essas UPAs, uma em cada Suprefeitura.

Uma última pergunta. Ressaltamos, também em Brasília, a idealização da instalação das motolâncias. Em São Paulo, o pedido vem desde o ex-Prefeito Kassab e esse serviço não foi instalado. Queria ver como está o andamento desse serviço, que é de extrema importância à população de São Paulo. São esses os questionamentos e obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes - PMDB) – O próximo é o Sr. Cícero Floriano, membro do Conselho Participativo da Penha e também do Cepop.

O SR. CÍCERO FLORIANO – Boa tarde a todos os presentes, respeitosamente. Boa tarde à Mesa, ao Sr. Relator Nomura.

Seguinte: sou representante do Conselho Participativo da Penha, bairro que possui mais de 500 mil habitantes, sendo que 25% dessa população é de idosos, ou seja, têm mais de 60 anos de idade. Daqui a dez anos, eu também terei 60 anos também, portanto, já me incluo-me nessa estatística.

Sou também da representante do Cepop – Conselho de Orçamento da Cidade.

Tudo que direi aqui e relatar está documentado. Cada um dos senhores recebeu,

em seu gabinete, essas informações. Não encontrei nenhum dos senhores, nem seus assessores, mas está documentado e protocolado, respectivamente, no dia 11 de setembro e também no dia 15 de setembro. Referem-se à URSI, na região da Penha, a Unidade de Referência do Idoso.

Estamos pleiteando essa prioridade para a LOA de 2015 e apresentamos isso na Sempla a pedido da própria Sempla.

A devolutiva da Secretaria de Saúde foi a seguinte: “Há uma URSI na Ipiranga Móoca, a dez quilômetros de distância. Não há previsão de recurso no PLOA para 2015 para uma URSI na Penha”. Na oportunidade, quem disse isso foi o Sr. Paulo de Tarso.

Minha pergunta para o Sr. José Claudio e para a Dra. Regina é: diante de tantos bilhões de reais, por que não instalar uma URSI na região da Penha, que atenderia mais de 25% de idosos? A região abrange Artur Alvim, Vila Matilde, Cangaíba, Penha.

Em agosto, falei com o Sr. di Filippi. Os senhores não conseguem falar com ele, mas eu consegui. Um engenheiro de formação, ficou de me dar uma resposta, mas até o momento não me deu resposta alguma sobre essa URSI.

A resposta que deram é que havia muito próxima à região. Isso não é fato. Eu fiz um documento, modéstia à parte, baseado na Organização Mundial de Saúde.

Há um compromisso da cidade de São Paulo na reunião que teve na avenida Paulista, atenção, onde foram reunidas as maiores capitais do mundo. Estatísticas do IBGE, do IPEA, o compromisso da cidade de São Paulo com o idoso não vem sendo respeitado.

Não recebi até o momento nenhuma informação resposta, nem do Executivo, nem do Legislativo.

Gostaria de sugerir aos senhores da Mesa que tivessem um canal de comunicação mais direto dos Conselhos Participativos com os senhores. Pois é muito difícil para nós.

Tive uma péssima impressão da receptividade, aqui, na Casa, quando fui distribuir o documento. O documento é sério, é embasado, sou pós-graduado em gestão pública pela

PUC, sou ativista social e percebo que existe um descaso total com relação à Saúde.

Nós presenciamos, aqui, discussões, distorções, equívocos de Orçamento. Queremos um contato mais direto, mais democrático, em que possamos falar um pouco mais de três minutos. Três minutos é muito pouco, é difícil condensar tudo que se tem para falar.

Gostaria de, pelo menos, uma resposta hoje do Sr. José Claudio e da Dra. Regina, bem como de uma resposta dos nobres Parlamentares dessa Casa. Até o momento, não recebemos nenhuma informação.

E só para concluir: essa prioridade solicitada pela Sempla se, demagogia ou não, faz parte da Meta 67 das 123 metas para o governo da Prefeitura da cidade de São Paulo e a Meta 67 refere-se a implantações, Sr. Relator, de oito URSIs em São Paulo. Existem quatro URSIs. Não sei em que estado elas se encontram. Oito mais quatro são 12, dariam três por região. A região da Penha não tem nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes – PMDB) – Sr. Cícero, agradeço.

O SR. CÍCERO FLORIANO – Eu também agradeço, mas gostaria de uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes – PMDB) – Dos URSIs estão previstas quatro para 2015: Campo Limpo, Itaim Paulista, Pirituba e Vila Prudente, com cem mil reais cada uma. Não sei o que vão conseguir fazer com cem mil, mas é o que está aí.

Chamar o próximo inscrito, é a Sra. Monica Valadão, da Organização de Saúde Mental Fenix. (Pausa)

Próximo é o Sr. Daniel Aimoré Ferreira, Grupo do Bem Estar e da Felicidade da Rede Novos Parques.

O SR. DANIEL AIMORÉ FERREIRA – Boa tarde à Mesa e a todos.

Gostaríamos de destacara que estamos numa audiência pública sobre o Orçamento para a Saúde, ano 2015, na cidade de São Paulo.

Queremos registrar a ausência do Secretário Municipal de Saúde. Acreditamos que essa ausência é um fato lamentável e grave. Lamentamos também a ausência dos outros

Secretários de outras gestões.

Devemos destacar também a baixa frequência de Vereadores. Temos 55 Vereadores na Casa e apenas dois estão aqui, hoje. Isso é lamentável. Estão somente os Srs. Ricardo Nunes e Aurélio Nomura.

Temos mais Vereadores também como membros na Comissão de Saúde. Eles não estão aqui. Lamentável também.

Há pouca presença dos Conselheiros Municipais de Saúde. Quem é Conselheiro Municipal de Saúde da Cidade, por favor, levante a mão. (Pausa) Temos um, dois e três conselheiros municipais. Quatro, agora. É muito pouco. Tem muito mais conselheiros municipais que não vêm.

Queremos questionar qual a legitimidade dessas pessoas que se dizem representantes. Isso é um sinal claro da falência do sistema de representação política. Precisamos de reforma política já.

Mas em relação à Saúde, não podemos deixar também de nos associarmos a outros poucos populares. Muitos daqui são funcionários, assessores parlamentares, fazendo quórum fictício da audiência pública. Nós temos poucas pessoas da população. Quantos milhões de habitantes nós somos? Deveríamos ter muito mais pessoas aqui. Isso é uma verdade, não adianta fazer cara feia.

Queremos lembrar que, em 2014, apenas 200 mil reais foram empenhados na construção e implantação de Centros de Reabilitação. E as pessoas deficientes são importantes em serem contempladas pela Saúde. Não foram. É importante também lembrar a questão do idoso. Temos de somar, pois é uma crítica construtiva.

Se dissermos apenas amém, não resolve. A audiência é para isso: no debate, no argumento, fazer uma pressão legítima, popular. E nós estamos querendo, aqui, auxiliar a Secretaria Municipal de Saúde.

Outra questão diz respeito à promoção da Saúde. A maior parte do Orçamento de

2014 foi gasta com hospitais, atenção hospitalar, pronto-socorro e pronto-atendimento. Foram mais de 700 milhões de reais.

E com relação à promoção de Saúde que é feita pelas Unidades Básicas de Saúde e, em especial, a expansão da Estratégia da Saúde da Família - que é a maior política pública do Brasil, sem sombra de dúvida e, aliás, a que revolucionou a saúde pública no Brasil, pois diminuiu mortalidade, aumentou a expectativa de vida e foi elogiada, inclusive, pelos organismos internacionais -, devo dizer, que isso parou. Temos apenas metade da população coberta por Estratégia de saúde da família na Cidade e não estamos vendo, agora, investimentos na expansão das equipes de saúde da família.

É uma estratégia cara? Sim, porque exige investimento em pessoas, em profissionais, que vão desenvolver esse cuidado interdisciplinar para a população.

Por isso, temos de expandir a Saúde da Família que é uma política de Estado. Não é uma política de governo. Temos de investir num sistema único de saúde, de fato.

Outra questão importante que deixo registrado, e vamos, inclusive, disseminar esse tipo de depoimento nas redes sociais, é que apenas 289 mil reais serão alocados para manutenção dos conselhos participativos, levando-se em consideração a importância da participação comunitária e do controle social. Isso é muito bonito de ser falado, mas, na prática, isso não acontece.

Quero perguntar ao Sr. José Claudio qual é o valor que a Secretaria Municipal de Saúde alocará em 2015 para manutenção da Estratégia da Saúde da Família? E, desse recurso, quanto irá para as Organizações Sociais de Saúde? E ainda, para cada Organização Social de Saúde – temos várias, isso é uma privatização da Saúde – quanto vai de dinheiro público em 2015? Quero esses dados para podermos divulgar para a população de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes – PMDB) – Obrigado.

O SR. DANIEL AIMORÉ FERREIRA – Não terminei, Sr. Ricardo Nunes, é importante. Qual será o montante que a Secretaria Municipal de Saúde, a Prefeitura de São

Paulo, investirá nos parques municipais. Mas parque é coisa da Secretaria do Verde. Não, não é.

A Organização Mundial de Saúde preconiza 12 metros quadrados de área verde por habitante para evitar doenças cardiovasculares e respiratórias. Isso quem dispõe é a Organização Mundial de Saúde e a Organização Panamericana de Saúde.

Nós, aqui, em São Paulo, temos dois metros quadrados de área verde e nós, que estamos aqui pelo Grupo do Bem Estar e da Felicidade pela Rede Novos Parques em São Paulo e pelo Fórum Social de São Paulo questionamos: temos vários parques prometidos para a população, inclusive com Decretos de Utilidade Pública, vencidos, ou a vencer - um símbolo dessa luta é o parque da Brasilândia, por exemplo, que está aqui. o Almir tá demonstrando ali – e o parque Augusta? Ele está há 40 anos resistindo ao avanço da especulação imobiliária no Centro da Cidade, o Prefeito Haddad aprovou uma lei, junto com a Câmara, – a 15.941 – em dezembro de 2013 e até agora nada de parque Augusta.

A Prefeitura continua falando para nós conversarmos com os empreiteiros. Empreiteiro quer construir prédio e a minha conversa é com o Prefeito Haddad. Ele tem de cumprir a Lei 15.941.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes – PMDB) – Por favor, concluindo.

O SR. DANIEL AIMORÉ FERREIRA – Vamos concluir, só me deixe terminar. Além desses parques, tem ainda: Vila Ema, parque da Móoca, tem o parque dos Búfalos. Quem mora aí na zona Sul, em Pedreira? (Pausa) Tem um parque do lado da Represa Billings que vai ser ocupado com construções e vai afetar a produção de água para o Município. Vai contaminar a água com esgoto residencial. Não pode.

Ali também tinha um Decreto de Utilidade Pública para o parque dos Búfalos, em Pedreira. A periferia quer também um parque municipal lá.

Quero ainda perguntar para a Secretaria Municipal de Saúde quanto de dinheiro público será investido em hortas comunitárias nas UBSs, algo que colocamos no Plano de

Metas do Governo Haddad. Hortas urbanas!

Não adianta investir em hospital, pronto-atendimento, UPA, se não investimos em alimentação boa, de qualidade orgânica. Quanto de dinheiro público municipal nós temos para investir em plantas medicinais nas farmácias do SUS, na medicina integrativa? Nós só temos a medicina alopática que prejudica a população.

E os restaurantes populares? Investir em alimentação e atividade física é investir em Saúde.

E, por último, o Grupo do Bem Estar e da Felicidade pergunta: quanto de dinheiro público, em 2015, a Prefeitura de São Paulo vai investir em educação popular em saúde nas escolas e nas comunidades? Precisamos de educação popular em cada bairro para poder orientar as pessoas a praticar atividades físicas, a se alimentar melhor, para poder melhorar os graves indicadores de Saúde que temos em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes – PMDB) – Por favor, Daniel, está se estendendo. Obrigado.

O SR. DANIEL AIMORÉ FERREIRA – Queríamos terminar falando que cada um de nós deve ser a mudança, a revolução somos nós, Parque Augusta, Sem Prédio Já. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes – PMDB) – Obrigado Daniel pela colaboração.

Quero chamar o Sr. Almir Matos, Conselho Participativo Freguesia-Brasilândia.

O SR. ALMIR MATOS – Bom dia a todos, Srs. Vereadores, ainda bem que temos dois na Mesa, por obrigação parlamentar, se não até a audiência não existiria.

Estou aqui como conselheiro do Conselho Participativo Freguesia do Ó – Brasilândia, como membro do Cades Freguesia do Ó – Brasilândia e do Conselho Gestor de Saúde Freguesia do Ó – Brasilândia.

Tenho a grata satisfação que tem alguns Vereadores que ainda acham coisas

colocadas no meio do todo e que cria uma grande polêmica, o que, graças a Deus, leva a uma revisão mais aprofundada de toda a situação, não simplesmente aceitando do jeito que vem. Por isso, os parabenizo.

Minha fala é simplesmente para dizer o seguinte: em 2013, março, três meses após a posse do Secretário Filippi, houve uma grande movimentação na cidade de São Paulo, dando ele voz ao povo, fazendo várias visitas em vários bairros, pedindo para que mostrássemos nossas necessidades na área de Saúde. E, assim focarei praticamente em Saúde.

Fizemos vários trabalhos que vinham de lutas anteriores, justamente pedindo o que mais necessitamos na nossa cidade que é atenção básica. Adianta ficar investindo bilhões e bilhões nos hospitais, se as pessoas estão ficando doentes porque não têm um parque a 15 minutos da sua casa como o próprio Prefeito disse, ou seja, que tinha de ter um parque a 15 minutos da casa de cada um de nós.

Então a reforma que deve ser feita na Saúde e essa Câmara pode ajudar muito é, justamente, a ampliação da construção de UBSs. É aí que deixamos de ficar doente, aí que deixamos de necessitar de pronto-socorro, de UPA e de hospital. É ali que deve ser investido muito dinheiro.

Assutei-me porque, na nossa região, Freguesia do Ó – Brasilândia, foi prometido quatro UBSs – quem é da população aqui que saiba disso – e nenhuma foi construída em 2014. Todas estavam previstas para 2014 e nenhuma foi feita.

E, quando formos perguntar porquê nas prestações de conta, simplesmente, nos foi dito: “Ah, aquele terreno da UBS foi invadido, então, não temos que fazer” ou “Ah, aquele terreno lá já estava invadido há 30 anos por uma empresa”. Ninguém sabia disso? Trinta anos invadido por uma empresa?

Outra, graças a esse povo – Jardim Brasília – é que está lutando, protegendo um terreno, contra invasores de terras públicas. Parece até que quando se torna pública, no dia

seguinte, essa terra invadida. É como se houvesse uma informação velada, do tipo: “Agora pode ir que é pública, não vai dar problema”. Quando é área privada eles tomam um certo cuidado, pois o dono pode pedir a reintegração de posse. E a Prefeitura parece que não pode.

Então inversão total de investimentos em UBSs.

Com relação à senhora que mencionou o servidor público, que a UPA é a solução. Realmente, a UPA é a solução, pois o povo primeiro vai onde quer resolver o problema imediato. Já que não tem a UBS para ele resolver, ele vai ter de ir em algum lugar que resolve na hora.

Então mudar um pouco esse conceito de que os hospitais do Estado não dão acesso para nós pessoas do Município. Só que, para mim, não tem Estado, Município ou União. Saúde é saúde, ok? Precisamos mudar isso, nobre Vereador. Todos devem atender todos. E se puder separar os Centros de Atendimento, os UPAs, os nomes que existem aí para emergência e urgência, separe dos hospitais. Tira de lá de dentro, porque só atrapalha a imagem de um bom hospital. Só.

Então faz UPAs? Sim, de monte, como está sendo até preconizado no plano de governo dos dois candidatos a Presidente: mais de 500 UBSs, mais isso e mais aquilo.

Mas, fundamental: UBS é a solução que precisamos para não ficar doente. Então, por favor, responda o Sr. José se a nossa UBS do Jardim Brasília, da Brasilândia quatro, Maria Cecília Donângelo e Elisa Maria vão sair em 2015. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes – PMDB) – Muito obrigado, Almir. Tem umas UPAs aqui, o Secretário vai responder, mas lá para a Freguesia do Ó tem algumas coisas previstas.

Chamo o Sr. Vitório Fernandes Oliveira. (Pausa) Chamo o Sr. Carlos Henrique Cardoso, da Associação Arte e Artesão.

O SR. CARLOS HENRIQUE CARDOSO – Bom dia a todos, aos Srs. Vereadores, a minha pergunta é em relação aos CAPs.

Vimos, na dotação orçamentária, para 2015, algo muito engessado de cada CAPs. Na realidade, entendemos que isso é contradição. Cada região tem uma metodologia diferente. Não sei, inclusive, como a Secretaria de Planejamento mostra isso.

Participamos da audiência do dia 16 e percebo que a Secretaria de Planejamento parece meio truculenta. Ela não conversa nem com os Parlamentares da Casa, nem com o Prefeito, nem com o pessoal que vem aqui buscar esclarecimento, pois a doutora que veio aqui, a Secretaria que veio da última vez disse só: “Isso aqui não tenho, e tal”.

E outra, quando for convidar o Secretário, viu Sr. Vereador Ricardo, para prestar esclarecimento à população, tem de deixar claro, pois toda vez que vem um Secretário na audiência pública, é uma pouca vergonha, falam sempre: “Não posso ficar muito tempo e tal”.

Portanto, arrumem uma agenda em que ele possa ficar até o final da audiência. É uma falta de respeito com a população, pois muitas das vezes acontece isso: “Não posso ficar muito tempo”. Isso é falta de transparência. Que Governo é esse, que diz ser popular? Isso é pouca vergonha. Com relação aos CAPS, como eu vou fazer uma metodologia diante dos CAPS? Quem trabalha em UBS, sabe muito bem que a demanda da questão psicossocial tem crescido muito nas UBSs; Há uma demanda muito grande. O pior não é isso; é que, muitas vezes, uma pessoa vai fazer um tratamento no CAPS, mas não há a questão da saúde da família, para poderem acompanhar o paciente, para poderem ir à casa do paciente, para verem como é a metodologia que faz parte do tratamento. Isso está plano. Foi passado isso num plano de metas e nada é cumprido. Vemos muitas promessas no papel, mas, na prática, a história é totalmente outra.

Quando a gente fala de orçamento, a gente está falando sobre a Saúde, mas a truculência não é só com a questão da Saúde, é em todas as áreas. O Vereador Aurélio Nomura estava presente na última audiência. Nós sabemos que a dotação orçamentária é contraditória em todas as secretarias. Sabem onde está o dinheiro? Na bolsa de valores. É uma pouca vergonha. Pegam o dinheiro do povo e vão investir no mercado financeiro,

esquecendo... A Saúde é prioridade para o nosso cidadão, para o nosso munícipe. Parece que para essa Prefeitura, isso não é importante.

Srs. Vereadores, a questão da verba engessada em cada região dos CAPSs tem que ser analisada, porque cada CAPS tem uma realidade diferente. Eu só quero entender isso, porque eu não sei como a Secretaria Municipal de Planejamento prepara isso, mas está totalmente fora de padrão. Há regiões onde há mais demandas e há outras regiões onde há menos demandas. Isso é bem contraditório. Ninguém pode trabalhar com uma peça orçamentária... Sem contar que o orçamento dotado é ilusório, porque falam de um valor, mas, na hora de não executar, é outro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Muito obrigado pela sua colocação. Quanto ao CAPS, realmente, até agora, em 2004, de liquidado, houve zero de recursos.

Tem a palavra o Sr. José Cláudio.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO – Eu vou tentar falar alguma coisa que some as outras falas. A Sra. Maria do Socorro comenta a questão dos investimentos na região e fala da questão do idoso, que se repete com o Sr. Fábio e outras pessoas que se expressaram. O Sr. Fábio também não compareceu na última prestação. Eu fiz questão de prestação atenção na sua ausência, e várias situações que o senhor aponta aqui foram discutidas no dia da prestação de contas. A questão do idoso remete-nos para uma discussão anterior, a implantação de uma nova perspectiva de atendimento à atenção básica, que é a construção de UBS, seguindo um modelo que foi acordado na campanha do Governo Haddad e que veio para o projeto do Programa de Metas, que é a UBS integral.

Quanto ao conceito de UBS integral, nós estamos num movimento importante de discussão para a sociedade, para que ela entenda como é essa unidade vai trabalhar em todas as regiões. Quanto à questão da assistência, dentro da atenção básica, ela veio, nos últimos anos, sendo descaracterizada enquanto proposta de atenção. Se todos se lembram de como as unidades vêm sendo atingidas, tanto no orçamento, quanto na forma de se pensar, com a

construção das AMAs para o atendimento primário, de atendimento queixa conduta, isso foi esfacelando(?) o modelo de atendimento à população como um todo. Não dá para o atendimento, numa AMA, que faz queixa conduta, lincar com o atendimento de Unidade Básica de Saúde. A ideia que entra no programa de Governo e é implantada agora é a UBS integral, que passa a assumir, na sua perspectiva, tanto na construção de novas unidades, quanto da transformação de UBSs existentes em UBS integral - esse é um plano - e a questão de transformar a UBS em UBS integral está com um foco importante nas unidades que têm AMA acoplada, que fez esse trabalho todo de desestruturação da atenção, de se fazer um novo olhar da atenção à população que lá se encontra.

A questão do PSF é incorporada na questão da construção da UBS integral. Não dá para trabalhar sem que eu tenha esse olhar da comunidade aí refletido. Outros serviços vão ser implantados. O Sr. Carlos colocou muito bem a questão do CAPS. Isso não pode ser entendido como a única intervenção na Cidade. A rede básica deve acolher as demandas exigidas pela questão psicossocial daquela região. Então, serão configuradas as UBSs na medida em que o diagnóstico dado da área da abrangência de cada uma delas precisar, que vai desde a colocação de um psiquiatra até a colocação e o fomento da equipe psicossocial, com a presença de um psicólogo, terapeuta ocupacional ou outras pessoas que fazem parte dessa assistência, quando essa comunidade tiver esse diagnóstico ali definido. Então, a UBS integral acaba tendo um olhar diferenciado caminhando.

O Sr. Daniel colocou a questão da necessidade de a gente ter a promoção. Isso é um diagnóstico importante. Realmente a rede Nossa não procurou mais fazer o aporte de promoção à Saúde, a não ser trabalhar a questão da queixa conduta. Isso faz com que a sociedade sinta-se satisfeita. Eu vou lá, faço o meu atendimento, sou acolhido, levo remédio e vou embora. Na evolução do atendimento das AMAs, ela ultrapassou a demanda dada por atendimento de Unidade Básica de Saúde. Ou seja, a comunidade adequou-se àquilo que foi oferecido. Isso não tem trazido resultados do enfrentamento da questão da Saúde. Eu preciso

ter assistência e preciso ter um modelo de promoção importante, que atenda à demanda da área de abrangência que aquela unidade está lá colocada.

Quanto à questão das unidades, da URS(?), o orçamento é uma peça fria. Quando eu o olho, ele vai me dar dados com relação à implantação de URS(?), como projeto. Quando eu vejo a questão de CAPS é projeto; quando eu vejo a questão de centros de referência, é projeto. São construções de novos elementos.

Para termos uma ideia, na Cidade, para atendimento especializado de reabilitação, havia o NISA e o NIR, Núcleos Integrados de Atenção para essa questão. Nós conseguimos transformar quinze serviços desses já em centros especializados com acordo do Ministério, com repasse de dinheiro para custeio. Foram feitos investimentos também pelo Ministério da Saúde, transformando quinze serviços em serviços já referenciados. Então, daquela proposta que tínhamos no programa de metas, de cinco, já estamos em dez. Quinze serviços adequaram-se. O que é transformar o NIR e NISA num ser(?)? É partir de uma unidade que atende a uma ou duas deficiências e partir para que ela atenda a quatro deficiências: auditiva, ocular, física e mental. Esses quinze serviços não aparecem na execução orçamentária, porque não são projetos. Eles são adequações de serviços. Eles somem no contexto. Com os CAPS acontece a mesma coisa. Qual é a meta? Tínhamos 80 CAPSs. Dois já foram inaugurados. Campo Limpo tem dois CAPSs novos, que foram inaugurados. Dois outros CAPSs foram transformados, para três. O que dizer CAPS três, tanto para a questão do atendimento ao adulto quanto ao usuário de drogas? É transformar o CAPS que tenha leitos para acolher, porque eu estou reduzindo a internação manicomial, eu estou reduzindo a internação do paciente em hospital geral para uma situação de atendimento psicossocial dentro de uma rede, dentro de um serviço que é específico para isso.

Essas questões todas não aparecem quando eu falo de projeto. Ele entra enquanto execução, reformas. Eu conclamo a todos que estejam quadrimestralmente acompanhando a prestação de contas do Dr. Felipe, que vem à Câmara para apresentar e se submete a

responder todas as questões.

O Sr. Cícero fala da questão da URS(?) na Penha. Nós temos, na Cidade, serviços já montados para esse atendimento. Há oito serviços. Quatro são novos e quatro são adequados. O atendimento à questão do idoso não é, de maneira alguma, desprestigiada pela questão da Administração. Não dá para olhar São Paulo se não for olhado o crescente de população idosa na nossa Cidade. Não é pela existência da URS(?) que eu vou dar resposta total a essa questão do idoso; é na transformação da Unidade Básica em Unidade Básica Integral que eu vou buscar isso. Nós não temos para oferecer a todas as subprefeituras nem especialista para contrato. Eu não tenho formação de médico específico para o atendimento do idoso suficiente se eu tivesse condições de contrato. O que fará a URS(?)? Ela fará a orientação dessas unidades de Atenção Básica Integral, para que o atendimento de cada idoso tenha a integralidade necessária. Ela será um centro de referência, não enquanto o centro que vai assumir o idoso. A gente tem que limpar essa questão. Não é assumir o idoso, descaracterizando-o do atendimento geral, que eu vou ter a resposta. Eu tenho que ter centros que orientem os profissionais que estão em todas as unidades básicas, para que possam dar acompanhamento. Eu preciso de um clínico-geral, eu preciso de um ginecologista e eu preciso de psiquiatra, às vezes, para o acompanhamento do idoso. Eu não vou ter, na URS(?), condições de atender integralmente ao idoso. Nós temos que atendê-lo integralmente na unidade básica, com uma URS(?) dando aporte a esses profissionais.

O Programa Saúde da Família é fundamental para o atendimento de todo os idosos. A unidade de referência não tem essa competência, de atender dia a dia. A gente não pode olhar esse contexto todo com recortes de especialistas. A gente tem que olhar enquanto rede implantada, e a rede de Saúde do Idoso foi incorporada pela Secretaria, como uma das redes a ser implantadas em São Paulo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO – Na oncologia, vai ser atendida...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO – O atendimento oncológico é dado em unidades especializadas em oncologia, que são destinadas ao atendimento de todos os tipos de câncer. Esse é o recorte que a gente tem que avaliar enquanto atendimento do idoso. Eu não posso separar para cada um dos recortes, por ciclo de idades, que eu vou pôr centros de atendimento que atendam a todas as demandas, senão eu ponho da mulher, da criança, do idoso, do homem, atendendo a tudo. Não é dessa forma que a rede SUS está montada. O atendimento ao paciente com oncologia tem uma definição importante. Quem faz mais o atendimento à oncologia é de responsabilidade do Estado, porque é uma atenção(?) terciária. Nós temos serviços contratados para atendimento do câncer, mas isso é dado em ambulatórios especializados para isso.

Nós não vamos colocar oncologistas em atendimentos especiais para esse ou aquele recorte de ciclo de vida. A pessoa tem que ser atendido num centro especial, especializado para isso, que tenha o aporte financeiro para todo o diagnóstico e o tratamento, que é caro. Não vai haver oncologista em URS(?). Nem o Estado tem. Na Cidade, há o CRI, Centro de Referência do Idoso. Esse sim é um centro que é à parte. Ele só cuida do idoso e mais nada. Não é essa a proposta do município. A proposta do município é outra.

Com relação à Freguesia do Ó, o nosso compromisso com relação à UBS que está aqui sendo apontada está dado. Há o compromisso certo. Se o orçamento não está batendo, a gente volta para aquele mesmo olhar inicial do documento 7, que faz a referência de cada serviço. Ele tem que ser adequado, mas ele está dentro das metas definidas pela Saúde, que será construído em 2015. Então, não há o porquê de a comunidade preocupar-se. Esse é um espaço de reivindicação sim. Têm que lembrar sempre ao gestor aqueles compromissos que ele assumiu. Nós estamos aqui para ouvir. Com relação à Freguesia do Ó, dentro dessa linha de atendimento das unidades, nós temos uma unidade que está sendo transformada, a UBS

Jardim Vista Alegre, que está saindo de UBS simples para a UBS integral. Então, isso tem um aporte de investimento que já está em andamento, além de várias outras regiões, como Vila Palmeiras, Vila Silvânia, Vila Ramos, Augusto Leopoldo e Jardim Guarani; além de vários outros que estão em reforma, e a ampliação com relação à acessibilidade e à reforma necessária, que há muito tempo não havia.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Nós não executamos recursos não. Nós colocamos. Quem executa é o Executivo.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Nós estamos fazendo um alerta. Os meus questionamentos foram feitos em cima do não realizado. Eu estou fazendo isso. Eu convido o senhor para vir a audiências públicas de Finanças. Quando todas as autoridades aqui vêm, sempre nós temos um questionamento. Estudamos com afinco. Fazemos as colocações também aqui na tribuna, mas não cabe a mim a execução. Cabe cobrar. É isso o que eu estou fazendo. É a única coisa que cabe a mim.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Aí temos de chamar todos os outros Vereadores. Infelizmente estamos numa discussão... Nós estamos trabalhando. Eu e o Vereador Ricardo Nunes estamos fazendo o nosso dever de casa.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO – Ela vai ser construída. Eu volto a falar que a peça orçamentária que define nome e quantidade de financeiro foi até apontada pela Secretaria de Sempla, que estava ali, que veio conversar aqui com o responsável. Ela afirmou que esse documento tem que ser revisto. Essa UBS está no orçamento de 2015.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO – O valor está referendado num documento que precisa ser

readequado, como todos os Vereadores aqui já apontaram. Ele está afirmado, dentro do orçamento, que será construído em 2015.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Exatamente isso.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO – As pessoas estão fazendo as mesmas perguntas e as mesmas afirmações. Eu já apontei o porquê disso. O orçamento é colocado. Existe tipologia. Existe planta já pensada. Para cada terreno que está sendo feito, as tipologias poderão ser ou não utilizadas ou minimamente adequadas, porque elas foram pensadas para possíveis terrenos serem de uma forma ou de outra. No orçamento, aparece igual, porque eu tinha que mostrar algo financeiro. Isso está no documento 7, que precisa ser revisto.

Esses valores que estão lá não são vinculantes. Então, quando se fala que o dinheiro não é suficiente, ele só está lá indicado. Não que seja só aquilo para aquela unidade. Ele não é vinculante. É diferente quando eu pego, no orçamento da construção de todos os serviços, pois ele vai estar lá mesclado, somado.

Com relação à UBSs, pensando nessa questão da reformulação da atenção, nós tínhamos, no nosso programa de metas, 43. Nós estamos com um programa de 60 em andamento. Das reformas de UBS comum para UBS integral, nós já temos 50 em andamento. A ideia é transformar todas as que tenham UBS com AMA acoplada em unidade integral. Isso é um processo.

Com relação ao Hospital, Waldomiro de Paula, quanto há de financeiro? As metas de reforma dos hospitais estão todas lá. Para o Waldomiro, há 15,945 milhões na fonte 02 e 750 mil na fonte 00 de reforma. A reforma do hospital já está com o projeto aprovado em andamento. Então, a esperança de ele ser feito é importante.

O que há mais de importante? Nós temos, na Cidade, mais de 80 motolâncias em funcionamento. Se os senhores olharem na prestação de contas da Secretaria, ela sempre apresenta esse dado. Quanto à UPA, foi pedido pelo Sr. Laerte, a questão de 20, subindo mais

doze, para haver um em cada subprefeitura. Nós temos 41 unidades sendo estabelecidas, para se terminar até 2016. Com certeza, será contemplada a sua necessidade.

Quanto à Hora Certa, seis foram construídas, reformadas. A Hora Certa é uma rede. Eu pego a atenção oferecida especializada e a transformo num outro modelo. Seis serviços foram entregues para a Cidade. Quatro serviços outros são as arenas de atendimento. Estão em funcionamento na Cidade, porque a gente sabe muito bem da necessidade de exames e pequenas cirurgias, e o que esses serviços estão apontando.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Como o senhor falou em Hora Certa e fazia parte do meu questionamento, isso está sendo respondido agora. Gostaria de saber uma coisa. Foram seis implantadas até agora. De 32, por que não foi feito o resto? Nós vamos ter tempo de realizar? Se a gente for verificar a Hora Certa, os recursos iniciais eram de 56 milhões; porém, na posição de 17 de outubro, havia redução para 46,3 milhões, dos quais apenas quatro milhões foram pagos. É bom deixar claro que não adianta haver dinheiro no orçamento, se não há vontade para realizar.

Então, como eu fiz aquelas indagações e V.Exa. falou que não tinha condições de analisar a execução orçamentária desse ano; eu fico abismado, porque V.Exa. acabou de falar sobre uma das perguntas que eu fiz e que não foi respondida quando eu fiz essa questão. Então, gostaria, primeiro, de um pouco mais de detalhes com relação a essa questão. Primeiro, por que das 32, apenas seis foram implantadas?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO – Dando continuidade, eu falei que eu não estava preparado para atender a questões relacionadas à execução do orçamento de 2014.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Isso faz parte.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO – Se o nobre Vereador lembra-se, V.Exa. fez um elenco de questões...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Incluindo essa questão.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO – Eu não poderia responder, uma vez que não estava

preparado. Temos aqui um levantamento que o nosso responsável pela execução orçamentária nos aponta, que, na Rede Hora Certa, havia 24 milhões de dotação inicial e 34,3 milhões é o atualizados; e já foram executados, até 8 de agosto, 33,621 milhões, na instalação da unidade de Rede Hora Certa.

Com relação à execução, nós temos seis em 2013. Nove estão em andamento, com proposta de entrega em dezembro de 2014 ou em janeiro de 2015. Elas estão, em sua maioria, com mais de 40% de execução. Nas da zona Leste até na região que a Sra. Maria do Socorro aponta, há unidades que estão com quase 90% de execução orçamentária. Eu respondo essa questão no que falta. Haverá tempo de se fazerem as 32? Essa é a proposta de se buscar o plano de metas estabelecido, um por subprefeitura. Se a gente fez seis, quatro aparecem como forma de atender a essa demanda necessária de exames e condutas, que não fazem parte(?) do Programa de Metas e nove serão entregues, eu tenho aqui, em termos de unidade, quinze; na metade do Governo. Se são 32...

O SR. AURÉLIO NOMURA – São 32 cometidas(?) dentro do orçamento desse ano. Dentro do orçamento de 2014, haviam prometido 32 unidades. Foram só seis implantadas.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO – Nobre Vereador, as 32 são o plano de metas que vai...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Constou, no orçamento, no programa do orçamento. Eu gostaria até que a Assessoria pegasse...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Então, o PPA é uma brincadeira? Para que nós discutimos o PPA, se não é para ser seguido? Colocam 32 que vão ser realizadas, implantadas nesse ano; e agora não, não é bem isso. Então, o PPA não existe? Temos que rasgar essa página. É um absurdo o que estão falando.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Nobre Vereador Aurélio Nomura, salvo engano, se for do PPA, até 2016...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Não, não, não. Eu peço para a Assessoria...

Posteriormente, eu vou levantar a documentação, porque não é isso não. Estava prometido. Seriam construídas 32 unidades e só seis foram implantadas. Isso foi anunciado inclusive pelo Sr. Prefeito para esse ano. Nós temos a posição, diga-se de passagem, que o Programa Hora Certa tinha a dotação orçamentária de 56 milhões. O senhor falou quanto?

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – Em 2014, 30...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Atualizado não, o orçamento inicial. Qual o orçamento inicial? Orçamento inicial.

R – 24, que foi para 34.

P - Quanto tinha para o orçamento inicial? Nós tínhamos 52 milhões.

R – Não, 24 milhões.

P – 52 milhões. Posição 17 de outubro: foi reduzido para 46,3 milhões. Quanto nós temos na posição deste ano? Está escrito aqui, me desculpe.

- Manifestações fora do microfone.

P – Dos quais apenas 4 milhões foram pagos. Eu tenho aqui uma cópia do acompanhamento de execução orçamentária no mês de outubro de 2014. Fundo Municipal da Saúde: está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Vereador Nomura, deve lhe assistir razão. Contando aqui agora as UBSs de 2015, são 29 previstas. Inclusive, a UBS Integral Manoel Fernandes Leão.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS - Em 2015.

O SR. AURÉLIO NOMURA – 2014.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Aqui está para 2015. São 29 UBSs, dentre elas a UBS Integral Manoel Fernandes Leão, com 773 mil. Está 2015. (Manifestações fora do microfone). Está no orçamento, está aqui. A sua UBS? (Pausa) Eu vou à inauguração, eu e o Nomura. Nós dois lá, junto com o Haddad. Vamos eu e o Haddad lá inaugurar, junto com o Aurélio Nomura. (Palmas) Nossa discussão aqui com a Saúde, gente, é porque não

conseguimos entender os valores. Porque são três valores: uma está a 6 milhões, 758 mil; outra, a 773 mil, e outra, a 1 milhão, 773 mil, mas não tem o porquê dessa diferença. Mas isso, até terminar a relatoria do orçamento, a gente irá discutir.

Concluindo as respostas da área da Saúde, José Claudio, se o senhor puder só fazer um comentário, eu queria deixar para o final, com relação ao Hospital Santa Marina, que já era para ter iniciado, deve iniciar em março. Fale um pouco de notícias boas também. O Santa Marina está em reforma, deve começar em março.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – Eu não estou conseguindo ouvi-lo.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só para dizer que nós estávamos conversando, e na realidade o que estou falando é com base no que há de documentação. Volto a dizer: existia, foi cortado pelo Prefeito. O Prefeito passou um facão no orçamento do Programa Hora Certa, isso está claro. Não é que desapareceu, é que ele saiu e teve sua dotação levada para outra coisa. Aí não me interessa. Mas que hoje temos a nível orçamentário é isso aqui, é a planilha. Isso é coisa da Prefeitura Municipal. Isso é uma folha do acompanhamento da execução orçamentária. Não estou falando besteira, estou falando do que está escrito. Ou esse documento não vale? Se não vale, é outra coisa. Acho que temos que nos ater a isso. Volto a dizer: é importante que possamos discutir com afinco. Como V.Exa. alegou que não tinha condições para discutir o orçamento deste ano, peço a V.Exa. que não entre nessa questão, porque, senão, me sinto na obrigação... Principalmente quando o senhor estava respondendo essa questão da Rede Hora Certa, que tem essa divergência comprovada aqui. Eu gostaria, se houver a possibilidade, de que o senhor respondesse dentro dos questionamentos levantados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Muito bem. Vereador Aurélio Nomura, sempre acompanhando, informado, questionando. Para concluir as respostas, eu gostaria então que o Sr. José Claudio fizesse uma pequena explanação sobre o Hospital Santa Marina, que já está lá desapropriado, pago, em reforma. Deve ser entregue em março mesmo?

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – O Santa Marina já foi desapropriado, já está

sob nossa gestão, já foi pago. Nós estamos com a reforma do pronto socorro, que será uma UPA, que será feita pela autarquia, já está com o projeto em andamento.

E a questão da reforma interna do hospital, há uma proposição, como o Vereador está colocando, de entregar logo no começo do ano. Eu não tenho detalhe específico disso, eu posso informar ao Vereador. E também a questão do orçamentário, podemos mandar por escrito à Mesa para que possa ser divulgado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – O.k. Antes de passarmos ao Serviço Funerário, há ainda dois inscritos relativamente à autarquia. (Pausa) José Claudio, há alguém da autarquia para responder? (Pausa) Eu vou considerar a audiência pública não realizada, então. (Pausa) É que eu tive uma informação da assessoria de que vocês fariam também pela autarquia. (Pausa)

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – Acho melhor a gente atender a demanda da população nesse sentido.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas se não há nenhum responsável, a gente pode ouvir a pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – O que quero saber, Vereador Nomura, é se o Sr. José Claudio... É uma audiência pública, com registro taquigráfico. Queremos então saber se eles vão ser responsáveis pela autarquia. (Pausa) Eu vou ter que considerar como não realizada e convocar outra.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – Nós temos que lembrar que na preparação do orçamento, ele é feito pela Secretaria. A autarquia é um elemento que nos aponta suas necessidades, e o orçamento é feito na Secretaria. Então, o Gabinete tem condições de responder o que está de orçamentário no orçamento de 2015 da autarquia. Orçamentário de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Vamos lá. (Pausa) Tudo bem, Nomura?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Então, farei o seguinte: deixarei os dois inscritos fazerem as perguntas. Se o senhor não se sentir satisfeito com as respostas, a gente convoca. Se se sentir, a gente dá por realizada a audiência pública da autarquia. (Pausa) Então, por gentileza, Fábio.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereadores Ricardo Nunes e Aurélio Nomura. Obviamente, não só autarquia. Acho que tem que haver, como foi dito no início, a convocação do Secretário, Deputado licenciado José de Filippi Jr., que não está presente. Acho que há muitas questões que ele tem que responder orçamentariamente sobre essa questão. Além da autarquia, do Dr. Morimoto ou de seu representante, tem que ser convocado também o Secretário, porque acho que a discussão da saúde está ainda aquém do resolvível.

Quero emendar a pergunta. Acho absurdo que falte transparência, que não seja dito onde foram feitas as tais seis, porque na lista há oito: Aricanduva, Cidade Ademar, Ipiranga, Cidade Tiradentes, Campo Limpo, São Mateus, Pirituba e Sapopemba, que era para serem feitas até dezembro de 2013 por causa da Rede Hora Certa. Então, é importante dizer quais são as seis que foram feitas, porque as pessoas não têm obrigação de vir a todas as reuniões; vêm quando é possível. Então, Sr. José, não vim por motivo pessoal na outra, mas estarei em fevereiro do ano que vem aqui discutindo o péssimo orçamento que vocês não executaram no ano de 2014.

Indo para a questão da autarquia municipal, a pergunta é muita clara e diz respeito à meta 17 do Plano de Metas, na LDO de 2014 está muito claro que seriam concluídas 6 reformas de hospitais em 2014. Foram citados o Hospital Waldomiro de Paula e o Hospital Carmen Prudente. Eu gostaria de saber quais foram os hospitais reformados totalmente, ou cuja conclusão está prevista até dezembro deste ano.

E para o ano que vem, a pergunta é muita clara: ao que parece no orçamento, da execução da reforma da autarquia, que era de 134 milhões de reais, foram executados até agosto somente cerca de 8 milhões de reais; ou seja: promete-se uma reforma nos hospitais

regionais, que não é executada. É o mesmo problema da URSI, do CER, de vários assuntos aqui demandados. Para 2015, temos uma verba de 64 milhões de reais para reforma de hospitais vinculados à autarquia municipal. É uma verba menor do que a de 2014, que é de 134 milhões. Se há 134 milhões para 2014 e não se fazem as reformas dos oito hospitais, para 2015 as reformas cumulativas com os outros oito hospitais – ou seja, 16 no total – há 65 milhões. Que mágica é essa de reformar mais hospitais com menos dinheiro?

É o mesmo caso das URSIs, que conta somente com 500 mil reais para 2015. Que reforma, que construção, que instalação poderá ser feita com apenas 500 mil reais? Acho que está faltando seriedade no orçamento para um segmento tão importante como é o da saúde pública em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Fábio. Próximo inscrito, Alex Albuquerque, Conselheiro Municipal da Saúde e Diretor da Consabesp, que falará por 3 minutos.

O SR. ALEX APARECIDO LEITE DE ALBUQUERQUE – Boa tarde à Mesa. O que trago a vocês é algo que o Conselho já está discutindo: a questão da UBS integral, algo que, dentro do próprio Conselho – como usuário, como parte do segmento dos trabalhadores e como segmento de gestão -, não goza de nenhuma clareza.

O que é o serviço de UBS integral? Porque, em cada ambiente, isso muda. Isso tem sido questionado. Temos, no Conselho, um congresso de comissões onde trataremos especificamente desse assunto. Porque a UBS integral está chegando – como dito pela Secretaria de Saúde – onde há o AMA, que atende a mais ou menos 7 mil usuários, e esses usuários serão atendidos pela UBS integral.

Uma UBS consegue atingir 6,5 mil, 6,6 mil atendimentos/ano. Se eu fecho uma unidade de saúde como o AMA, que atende mais de 7 mil usuários, onde estarão esses usuários no serviço de saúde? São Paulo é uma cidade tão carente de unidades de saúde, e o Governo acha que devem ser encerradas as atividades de um equipamento como esse.

Pensamos que isso é uma desconstrução da saúde.

Pergunto: o que fará o pronto atendimento? As pessoas que estarão sendo atendidas no AMA deveriam talvez ser atendidas na UPA. Não sei, esta é uma questão que estaremos discutindo na Secretaria: o encerramento das atividades das AMAs em São Paulo.

Sobre autarquia, percebo que a prática de 2014 se repetirá em 2015. Eu também sou do Condef, que é o conselho da autarquia. Lá discutimos o orçamento de 2014, e surpreendeu-me bastante quando vi um orçamento de cerca de 230 milhões para investimentos, e uns 80% a 90% desse valor vinha da esfera federal. Questionei: e se esse dinheiro não vier? Isso foi em 2013. Disseram-me: “Virá”. Ao verificar a execução, percebemos que o montante para 2014 que veio da esfera federal não veio nem 30% do valor orçado para a verba federal. Por que não vem essa verba? Porque não houve uma contrapartida da Prefeitura para receber essa verba. Não sei se isso se deu por incompetência de serviço, para mostrar ao Ministério que havia condição de se receber essa verba; ou por qualquer outra situação. Minha preocupação com relação à autarquia é essa: se essa verba federal não vier, a autarquia ficará em uma situação difícil. É o que estamos vendo nos hospitais hoje. Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Vereador Aurélio Nomura, V.Exa. tem algo a dizer? (Pausa) Tem a palavra.

O SR. AURÉLIO NOMURA – No ano passado, na audiência pública estava aqui o Superintendente da Autarquia Municipal. Na época, foi falado que os recursos que ele tinha alocado para o exercício de 2014 seriam finitos a partir de outubro – portanto, deste mês. Eu gostaria de saber novamente como se está pensando para fazer o remanejamento para que não falem recursos a partir deste mês.

Como verificamos, o orçamento também não irá atender à totalidade do funcionamento das autarquias do hospital municipal para 2015. Por que a verba de implantação e operação dos sistemas de informação e comunicação saltou, nos serviços de

manutenção dos sistemas, de 1 milhão para 12,6 milhões?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Vereador, eu gostaria de fazer as minhas perguntas, para emendar com as suas, para agilizar.

Temos uma situação nova na cidade de São Paulo, concluída neste ano: o Hospital Santa Marina, mas temos uma dotação específica. Gostaria de pedir a vocês que nos encaminhem essa informação.

Temos aqui: Hospital Municipal Vereador José Storópolli, Hospital Municipal Tatuapé, Hospital Municipal Carmino Caricchio; mas não temos o Hospital Santa Marina. Se vocês puderem enviar para esta Comissão a informação de quanto será a dotação do Hospital Santa Marina, agradecemos. Porque a parte do pronto atendimento será feita pela autarquia hospital. O hospital como um todo será gerenciado pelo Hospital Albert Einstein, através do sistema de parceria com a Prefeitura. Uma das coisas que acho importante para nós é abrimos, dentro do orçamento da autarquia, essa parte do Hospital Santa Marina. Também não sei se há outros que poderíamos trabalhar. (Manifestações fora do microfone) O Hospital da Brasilândia ainda vai ser construído, não? (Manifestações fora do microfone) Tem o de Parelheiros também, mas acho que no ano que vem não será entregue nenhum dos dois. O Santa Marina com certeza sim, não sei se outros o serão. Por isso, temos que ter claro para a população quanto será destinado para cada um.

Como os recursos da autarquia hospital são quase todos de Fonte 00 – daí a nossa grande preocupação, pois é dinheiro do cofre -, há um valor previsto para reforma e adequações, Vereador Nomura, de 104 milhões para 2014, valor que agora é de 64,6 milhões, diminuindo mais de 30% em relação a 2014. Mas, de forma geral, o orçado em 2014 era de 1 bilhão e 51 milhões e foi para 1 bilhão e 298 milhões para 2015, valor bastante considerável, que amplia os investimentos de fonte de recursos 00 dentro da autarquia hospitalar. Imagino que seja por causa do Santa Marina e outros.

Essas eram as minhas colocações. Solicito que os senhores procedessem às

respostas.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – Nesse orçamento final que o nobre Vereador colocou está incluso o Hospital Santa Marina.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Era importante abrir isso, deixar detalhado. Posso aguardar isso de vocês isso?

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – Pode, claro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – O.k. Obrigado.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – O Fábio não se ateuve à questão da autarquia, mas fala das seis feitas. Quero retomar a discussão, pois tenho aqui dados relativos às unidades do Rede Hora Certa implantadas, para que você tenha conhecimento.

Vocês lembram que era unidade por subprefeitura. Então, elas estão assumindo o nome da subprefeitura: Freguesia do Ó; em M'Boi Mirim tem duas, M'Boi Mirim I e M'Boi Mirim II; na Penha, em Itaim Paulista e na Lapa. Essas são as seis instaladas. Quatro unidades são móveis: uma está na zona Leste e faz um percurso definido; na zona Sul, outra; na zona Norte, outra, e no Centro, que, para quem lembra, estava no Vale do Anhangabaú, a qual, por causa da Copa, teve que ir para a Lapa e está voltando.

Das nove, a Ipiranga, cujo projeto está com 90% das suas obras em andamento e será inaugurada em dezembro. Pra se ter uma ideia do andamento do projeto: Ipiranga tem 90% do projeto; Vila Prudente, bem na Praça do Centenário, 35%; São Miguel Paulista, 90%; São Mateus, 52%; Butantã, 40%; Campo Limpo, 45%; Cidade Ademar, 45%; Vila Guilherme, 40% e Mooca, 30% de andamento. Esses dados foram apresentados na prestação de contas do quarto trimestre, e estou com os dados aqui para responder.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – Acho que isso atende a fala do Fábio. O Alex fala da questão do pronto atendimento. Eu só queria acrescentar a toda a fala que já fiz que a UBS integral, quando substitui a UBS acoplada a uma AMA, ela vai atender à agenda

dos pacientes lá e vai atender o pronto atendimento que lá chegar. Então, esse atendimento, Alex, vai ser incorporado ao atendimento. O Conselho Municipal está sendo o foco de discussão da UBS integral, e acho que as suas dúvidas serão lá acrescidas.

Com relação ao financiamento do HSPM, não houve contrapartida...

(Manifestações fora do microfone)

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – Você falou do HSPM no Ministério.

(Manifestações fora do microfone)

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – Certo. Da autarquia, sim. Para responder, eu já atendo a outra questão. Você me dá um segundo, eu chego lá.

O Waldomiro de Paula tem 17,9 milhões aprovados pelo Ministério, e o Hospital Municipal Dr. José Soares Hungria, 22,7 milhões para a questão da reforma. Esse financiamento foi aprovado, e estamos na contratação do projeto executivo dessas duas obras. Falta a conclusão do projeto executivo e a licitação da obra. Para o Saboya foram 17 milhões, e para o Alípio, 14 milhões. Os projetos foram aprovados pelo Ministério, já com disponibilidade na Caixa Econômica. Aguarda-se a licitação e conclusão do projeto executivo para se dar início à obra no ano que entra. Isso está no orçamento.

(Manifestações fora do microfone)

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – Tide Setúbal, Carmino Caricchio, Campo Limpo, Sarah, Proença, esses aguardam aprovação do Ministério, ainda não foram aprovados. Foram feitas adequações de reformas por registro de preço. Para quem lembra, o Waldomiro de Paula está em situação precaríssima. Então, através de atas de registro de preço, a gestão da autarquia buscou atender a essas necessidades de adequações físicas, que foram realizadas nos hospitais Tide Setúbal, Carmino Caricchio, Campo Limpo e Proença. Para o José Storopoli, que tem demandas importantes da comunidade, foi acordado, para 2014 e 2015: regularizar os projetos executivos para reformas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, que visitou esse equipamento, e a questão do atendimento da Rede Cegonha e Parto Seguro.

Isso está acordo já com a comunidade.

O Sorocabana faz parte desse contexto e é um hospital de gestão estadual, e o Estado ainda não nos liberou. Já é a terceira investida do Estado para que a gente assumira esse hospital. Em todos os momentos, a gestão municipal aceita receber o hospital para fazer a reforma, mas o Estado, por várias vezes, retoma o termo de cessão para isso. Assim, a gente não consegue dar o *start* a esse processo, porque o Estado ainda nos liberou.

Para Cidade Tiradentes, Cachoeirinha, Menino Jesus, Benedito Montenegro, São Luiz Gonzaga e M'Boi Mirim, já foram estabelecidas as reformas e aguarda-se a finalização dos estudos para início da obra. Lembro que todos os equipamentos que havia necessidade serem comprados, já foram entregues e estão em funcionamento. Constava da meta serem criados 250 leitos, mas a autarquia já abriu 294 leitos só nessas pequenas reformas e na adequação dos recursos humanos para o atendimento. Além disso, pensando em leitos, no Hospital Antonio, na Penha, 90 leitos foram assumidos pelo SUS; e o Santa Marcelina, 260 leitos, que a gente está buscando. Pensando na questão de investimento e reformas, acho que atendi.

“O orçamento não vai atender ao que foi programado para 2015”. Em relação a essa afirmação, acho que o que está dado foi o que a autarquia estabeleceu enquanto forma de investimento.

Na questão do investimento na informática, a gente tem que lembrar que na gestão passada houve uma denúncia importante do projeto de informática que estava sendo assumido pela autarquia, que foi suspenso. As pessoas envolvidas estão respondendo por isso e a gestão tem um projeto bastante arrojado de informatização dos 17 hospitais que estão na rede. Então, esse valor todo aqui acrescentado, de 12 milhões, está voltado a essa questão de investimento na qualificação da informatização interna.

O que foi feito pelo Santa Marcelina, orçado, acho que a nossa Chefe de Gabinete assimiu isso aqui em público de mandar isso por escrito para a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – A questão da manutenção do sistema de

informação e comunicação, o aumento de 233% é porque houve um programa que não foi realizado, vocês vão apurar a responsabilidade. Agora, esse programa novo é pela Prodam?

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – Não, já tem essa responsabilidade levantada. Os responsáveis estão respondendo. Ele era uma firma contratada, não da Prodam. Esse contrato é que foi denunciado lá atrás. Isso foi até na administração passada, do Prefeito Kassab, quando, se vocês lembrarem, houve essa denúncia e foi suspenso o projeto de informatização.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Mas esses 12 milhões são agora para uma empresa terceirizada? Esse que está previsto para 2015.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – Com certeza, e junto com a Prodam para o desenvolvimento do processo, com chamamento público, ou licitação, necessária para o desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – A questão do Rede Hora Certa, que você citou, agora chamade de hospitais dia, na verdade organiza toda a atenção especializada na Cidade. Quando eu falo Rede Hora Certa – Hospital Dia, é que aquele serviço foi implantado como especialidade e acoplado um hospital dia para dar conta das cirurgias de pequena monta, de internação de um dia, ou para cirurgias ambulatoriais, nas quais o paciente vai para casa logo após a cirurgia. Nenhuma delas está sendo construída em unidade não existente; todas elas estão ocupando um ambulatório especialidade ou uma AMA especialidade para transformá-la numa Rede Hora Certa. Esse processo é sempre de adequação e reforma e ampliação dos serviços para que ele ocorra de acordo com a proposta da Rede Hora Certa e, quando possível, como hospital dia.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – Orçamentário, com certeza.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOMINGOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (RICARDO NUNES) – Eu vou passar a palavra para o Vereador Nomura para que S.Exa. faça as considerações finais e, em seguida, adentrarmos à reunião sobre o Serviço Funerário.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Na realidade, quando eu falei que existiam 32 unidades prometidas pela Rede Hora Certa e só seis foram implantadas, isso foi de acordo com o Plano Plurianual de 2014-2017. Nesse Plano, existia a quantidade, existiam valores e o que seria construído ou reformado, e isso já não interessa. O orçamento inicial era de 56 milhões de reais e foi reduzido para 46,3 milhões. Verificamos que apenas seis unidades foram implantadas até agora. Essas outras 32 unidades, apesar de serem prometidas no Plano Plurianual, como está aqui no documento, mostram que a ação do Governo está muito aquém. Volto a falar: de 32 unidades, foram realizadas apenas seis. É essa a questão que eu abordei e o porquê da redução desses valores. Não vai haver mais condições de vocês iniciarem mais nenhum processo até o final do ano, apesar de já estarmos em outubro? Ainda faltam três meses para o final do ano e temos condições de trabalhar. Essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (RICARDO NUNES) – Alguém tem mais alguma consideração para fazer? (Pausa) Não? Tranquilo? Então, eu queria chamar o pessoal do Serviço Funerário. Por gentileza. Agradeço ao Sr. José Cláudio. Em nome do senhor, agradeço a toda a equipe. Estamos à disposição. Presentes estão a Sra. Ruth, Diretora Financeira; o Sr. Anésio Floresti Filho, do Centro de Custos, e Sra. Silvana Azevedo, da Contabilidade.

Vocês têm alguma apresentação para fazer?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (RICARDO NUNES) – Não?

A SRA. RUTH CANDIDA DE LIMA GUASTALLE – Nós queremos agradecer a atenção de todos por estarem aqui até tão tarde. Trazemos a fala da nossa Superintendente,

que está cuidando dos contratos de limpezas e de outras ações administrativas. Sobre o orçamento da Autarquia, temos a falar que ele é bem menor do que o da Saúde e é todo gerado pela sua própria receita; a própria Autarquia gera sua receita.

É isso o que temos a dizer.

P – Para o conhecimento de todas as pessoas que nos acompanham aqui, para os Srs. Vereadores em seus gabinetes e para a população, via *web*, como a senhora comentou, quase toda o recurso do Serviço Funerário é composto pela fonte 06, ou seja, o próprio Serviço Funerário gera receita para se manter. Percebemos que houve uma diminuição com relação ao orçamento de 2014, no qual estavam previstos 186 milhões, 715 mil e está diminuindo 11%, para 165 milhões, 990 mil reais. Dentro desse cenário, a senhora poderia dar uma ideia geral do porquê da diminuição desse recurso bastante considerável?

R – Na verdade, o orçamento de 2015 está projetado mais próximo da realização da receita. Para o orçamento de 2014, foi previsto o valor de 186 milhões, mas as ações que redundariam nessa receita não se concretizaram. Então, para 2015, foi feito um ajuste dentro de uma receita mais possível.

P – Eu me lembro que, no ano passado, na audiência pública sobre o Serviço Funerário, foi comentado – acho que pela gestão anterior, pois me parece que mudou a gestão – que haveria um grande valor de 32 milhões com venda de flores.

R – Está correto, mas essa ação não se concretizou.

P – Esse valor que temos aqui, de comercialização de artigos de serviço funerário, liquidado até setembro de 2014, é de 17 milhões. É proveniente do quê?

R – V.Exa. poderia repetir a receita, por favor?

P – Comercialização de artigos de serviço funerário.

R – São as próprias urnas que são utilizadas nos funerais.

P – Ah, sim. Muito bem. Agora, eu não vejo aqui nenhum investimento em relação à reforma dos cemitérios. Temos tido bastantes problemas com relação a vagas nos cemitérios,

principalmente no de Parelheiros e no de Campo Grande. Não há nenhuma previsão de ampliação da capacidade?

R – Não, de ampliação da capacidade, não. Estão sendo adotadas algumas ações para aprimorar a questão da concessão - isso a gente pode mencionar -, mas de ampliação de capacidade, não.

P – Concessão?

R – Rever propriedades, pessoas que têm a concessão e abandonaram. Então, retomar isso e reverter isso para que outras pessoas possam ser atendidas.

P – Também percebi que a operação e manutenção de crematório, para 2014, a previsão era de 6.974 e está indo para 3.696, com uma redução de 47%. Não está havendo, por parte do Serviço Funerário da Cidade de São Paulo, as operações de crematório?

R – Sim. Por conta da execução da receita de 2014, tivemos que fazer toda uma revisão da projeção da despesa de 2015. Há o interesse, o desejo de se fazer esses investimentos, mas isso vai depender da melhoria da arrecadação. É o que podemos falar neste momento.

P – Mas existe algum plano do Serviço Funerário para melhorar a arrecadação para 2015?

R – Sim, estão sendo tomadas ações, como a ampliação do número de veículos para remoção. Isso vai reduzir o tempo de espera e com isso também melhora o atendimento. Está em projeto um *pool* de flores, uma ação complementar e que também vai trazer alguma receita para o Serviço Funerário.

P – *Pool* de flores? O que é isso?

R – É uma ação na qual o Serviço Funerário cadastra empresas, floriculturas que trabalham no fornecimento de coroas e enfeites para os sepultamentos e o Serviço Funerário administra esse *pool*.

P – A senhora quer dizer que o Serviço Funerário vai cadastrar as floriculturas

particulares para que comercializem as flores dentro do Serviço Funerário?

R – Disponibilizar um serviço para a família. Esses prestadores de serviço reverterão uma parte da sua receita para o trabalho do Serviço Funerário.

P – Um percentual?

R – Isso.

P – Então, os agentes vão oferecer esse serviço lá na agência?

R – Não, não. Essas empresas trabalharão junto na própria agência.

P – Essas empresas vão ter uma sala dentro da agência funerária?

R – O Serviço Funerário faz a contratação, o prestador de serviço fornece e uma parte da receita é revertida para o Serviço Funerário.

P – Ah, então, seria aquela ideia inicial de que o Serviço Funerário disponibilizaria esse serviço?

R – Sim.

P – Vocês estão remodelando isso para fazer em parceria?

R – Isso, isso. Esse trabalho ainda é um projeto, ele está sendo amplamente discutido, conversado para poder ser disponibilizado.

P – E onde está isso dentro da planilha orçamentária?

R – Um minutinho, Vereador. (Pausa)

P – Fiquem à vontade.

R – Foi orçado para o orçamento do ano que vem com 1,6 milhão como receita de floricultura.

P – Receita de floricultura?

R – Isso. Não sei se na sua planilha aparece.

P – Vocês têm conhecimento de que no Cemitério do Campo Grande existe um projeto para se investir 1 milhão e 50 mil e, com isso, quase mil vagas de sepultamento seriam abertas?

R – Não é do nosso conhecimento. Podemos marcar para enviar a resposta a V.Exa.

P – Se vocês puderem olhar isso. Isso é importante porque quem mora em Parelheiros, Cidade Ademar, Pedreira, Santo Amaro, Grajaú, se tiver que enterrar alguém, tem que levar no São Luiz, do outro lado da represa. E, com o investimento de 1 milhão e 50 mil – e esse projeto já está pronto faz tempo; já falei para a Superintendente várias vezes, mas ela não escuta –, temos a oportunidade de aumentar em mais de mil vagas, transformando as quadra terra em quadra de gaveta. O Cemitério de Campo Grande está bem localizado, mas há dificuldades no momento de dor: além os familiares não conseguirem vagas no sistema municipal, há os urubus que ficam em cima da família para lhe tomar dinheiro.

Então, ver isso é importante. Eu queria incluir isso dentro do orçamento nem se fosse como fonte de recurso 00 pelo menos essa questão. Peço bastante a ajuda de vocês para me auxiliar nisso.

R – Já marquei aqui.

P – Da minha parte, por enquanto, é isso. Nobre Vereador Aurélio Nomura, V.Exa. quer falar?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (RICARDO NUNES) – Pois não.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Em maio deste ano, em uma audiência pública desta Comissão, a Superintendente afirmou que o tempo de remoção dos corpos seria reduzido em pelo menos seis horas. Isso nós temos gravado, mas não sei se o nosso Presidente Ricardo Nunes recorda. Isso já está ocorrendo?

A SRA. RUTH CANDIDA DE LIMA GUASTALLE – Vereador, estamos com uma licitação para ampliação de 30 novos carros com motorista. Em esse contrato sendo celebrado e os carros entrando em funcionamento, com certeza esse tempo vai ser reduzido.

P – Mas ela havia afirmado naquela audiência que ela tinha acabado de realizar

uma licitação e que aquele número de veículos era mais do que suficiente.

R – Eu digo para o senhor que estamos...

P – Digo isso porque recentemente, em junho, morreu uma pessoa que eu conhecia no Hospital Santa Catarina, às 8h30. Por incrível que pareça, às 18h, o corpo não havia sido levado ao velório. Isso só aconteceu quando um dos meus assessores ligou diretamente para a garagem. A justificativa era a de estavam em reunião na Superintendência. Ora, não sei, mas uma reunião de 10 horas? Devia ser uma reunião muito importante a ponto de parar todo o serviço de atendimento. Então, volto a lhe perguntar: quando efetivamente a população terá a melhoria da qualidade nesse atendimento, principalmente em relação a esse prazo?

R – Bem, anotamos aqui e vamos levar ao conhecimento da Superintendência para uma resposta por escrito sobre o que teria acontecido nesse caso da demora de 10 horas. Mas podemos afirmar que toda a Superintendência está trabalhando para essa melhoria, não apenas com essa nova licitação, aumentando o número de veículos, mas com diversas outras ações que estão sendo adotadas para melhorar, aprimorar o serviço que é prestado à população.

P – Na mesma audiência, a Superintendente disse também que estava alugando seis novos rabeções que seriam equipados com GPS para otimizar as viagens e depois esses equipamentos seriam instalados em todos os veículos. A pergunta é se esses equipamentos já estão em funcionamento.

R – Alguns veículos foram adaptados para aumentar a capacidade, Então, ao invés de três, podem transportar até cinco veículos, porque foi feita uma divisão na parte de trás. A partir dessa licitação a que me referi, os veículos terão GPS. Isso vai acontecer de fato.

P – Mas isso tinha sido prometido pela Superintendente quando da audiência pública, que logo a seguir seria implantado. Estamos em outubro e já passaram maio, junho, julho, agosto e setembro, ou seja, cinco meses.

R – A Dona Silvana está dizendo que os rabeções já funcionam com GPS.

P – Mas eu pergunto sobre os equipamentos em relação ao GPS.

R – Todos os veículos já funcionam com GPS.

P – E qual foi a redução do tempo de atendimento com a implantação do GPS?

R – Vamos ter que consultar o setor que trabalha com isso.

P – A Superintendente também afirmou que, a partir de junho, seria disponibilizado ao usuário um código que forneceria informações em tempo real sobre o ponto em que se encontrava o rabeção. Isso já está em funcionamento?

R – Acreditamos que, como o GPS já está em funcionamento, isso...

P – Sim, mas vocês não sabem dizer se o código...

R – Não, vamos ter que consultar.

P – Então, não existe o código? O código não foi implantado?

R – Eu preciso consultar, Vereador.

P – A senhora não sabe?

R – Não, eu realmente não sei. Nós somos da área financeira.

P – Presidente, eu gostaria que a assessoria fizesse uma ligação para o Serviço Funerário para verificar essa questão do código, mesmo porque a Superintendente disse que esse serviço estaria implantado a partir de junho.

A outra questão diz respeito às quadrilhas, se elas continuam a agir nos cemitérios. A Superintendente se comprometeu e falou que estava agindo, porque as quadrilhas quebram os jazigos, que são abandonados. As pessoas são notificadas, mas infelizmente os endereços estão desatualizados e os jazigos são colocados à venda. A ossada é retirada, a pessoa perde a concessão e, pelo que a senhora acabou de mencionar, uma das alavancas para aumentar a arrecadação seria a venda desses jazigos. Pergunto preliminarmente qual a ação do Serviço Funerário para tentar atualizar esses endereços, porque a pior coisa que nos pode acontecer na vida é não conseguir localizar um ente querido enterrado num jazigo. Já existem inúmeros

casos em que as pessoas se depararam com o jazigo já com um nome diferente, e foram informadas pela administração do cemitério que a ossada fora removida e que ela perdera a concessão. Se a funerária está tentando aumentar a arrecadação com base na venda dessas concessões, qual a ação que ela está fazendo para tentar atualizar os endereços dos concessionários?

R – Vereador, inicialmente são utilizados todos os recursos disponíveis, como telefone, *e-mail*, telegrama para tentar localizar.

P – Sim, mas naquele endereço.

R – Sim. Tem sido publicado no *Diário Oficial*...

P – Ninguém lê.

R – a relação das concessões e dado um prazo para que as pessoas se manifestem.

P – Sim, mas é o que ocorreu. O pessoal está quebrando os jazigos. A senhora tem conhecimento disso?

R – Sim.

P – Eles quebram o jazigo para que ele seja considerado abandonado. É o que tem acontecido. Logo depois, eles pegam esse jazigo através dessa burocracia. Mas, pergunto: quem de São Paulo conhece isso? Quantas pessoas leem o *Diário Oficial* para acompanhar a concessão de seu jazigo? Quem acompanha a notificação pelo *Diário Oficial*? Se é notificado naquele endereço onde a pessoa já não consegue ser localizado, qual a outra maneira? Procura, através da Receita Federal, o novo endereço da pessoa? Porque acho que seria o mais adequado. Certo?

R – Sim.

P – É essa a pergunta que faço. Se vocês estão querendo aumentar os recursos através da venda dessas concessões, precisamos, antes de mais nada, aprimorar a comunicação com os familiares que estão precisando, e não deixar ocorrer o que vem

ocorrendo, pois quando a pessoa chega no cemitério, o jazigo já não mais pertence à sua família.

Esta é a questão que queria adentrar: existe a possibilidade de buscar uma ação juntamente à Receita Federal para uma atualização desse cadastro? Porque eu acho que é de fundamental importância, porque, senão, vamos estar incorrendo na mesma coisa que vem ocorrendo agora.

R – Sim. Já anotamos aqui, Vereador, mas a informação que posso lhe prestar é que os recursos que dispomos neste momento têm sido acionados para fazer o contato com as famílias.

P – Sim, e quais são os recursos?

R – *E-mail*, telefone, visita e, em alguns casos, em algumas situações, alguém localiza a pessoa fisicamente, e a publicação no *Diário Oficial*. É o que está ao nosso alcance.

P – Sim, mas no endereço registrado, não é?

R – Sim, no endereço disponível.

P – Aí também não resolve. Volto a falar. Se muitos desses jazigos estão sendo comercializados – e muitos de forma clandestina –, é por conta dessa questão. Volto, então, a falar: há a necessidade de buscar ampliar essa questão da comunicação.

R – Aprimorar.

P – Outra questão. Pelo que o Vereador Ricardo Nunes mencionou, não existe nenhuma ação voltada à incineração. Temos verificado que o serviço de atendimento tem demorado, e o corpo demora de três a quatro horas para passar pela cerimônia do crematório. Não existe por parte do Serviço Funerário uma ação de ampliação ou criação de um novo local? Achamos extremamente pequeno pela demanda.

R – Já é insuficiente pela demanda.

P – Existe uma ação para o próximo ano pelo Serviço Funerário?

R – Há uma previsão de aplicação de 1 milhão de reais para essa área do

crematório.

P – Esse 1 milhão resolveria?

R – Ajuda. Resolver, não. Precisaríamos de mais, mas já melhora.

P – Quanto precisaria?

R – Talvez o dobro disso.

P – Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a V.Exa. Como V.Exa. estava falando da reforma em uma série de cemitérios, que fosse incluída também a proposta da ampliação do Crematório de São Paulo, mas não no valor de 1 milhão, como está proposto, mas no valor de, no mínimo, 2 milhões.

Outra questão. Analisando a proposta de 2015, verificamos que o valor está em torno de 166 milhões.

R – Correto.

P – Ou seja, 11 milhões a menos do que o orçamento de 2014, que foi de 186,7 milhões. Pergunto: se o Serviço Funerário vem prestando um péssimo atendimento num momento de fragilidade, não é motivo para alocarmos mais recursos para o Serviço Funerário e não reduzi-lo em 11%.

R – Como o Serviço Funerário arrecada sua própria receita, o orçamento de 2015 foi elaborado levando-se em consideração a receita possível. Então, esse orçamento de 2015 de 166 milhões representa a receita possível pretendida, desejada para 2015.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Então, obrigatoriamente, se algum desses recursos não for levado a efeito, não for realizada, teremos um prejuízo no atendimento dos serviços?

A SRA. RUTH MARTINS DE MELLO ROGGERI – Nós vamos ter que ajustar a despesa.

P – Presidente, eu também gostaria que esta Comissão alocasse alguns recursos na fonte 00 para o serviço funerário porque não podemos prescindir do atendimento aos Municípios na situação mais delicada em que a população se encontra.

Sem mais perguntas, gostaria de passar a palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – A colocação com relação à comercialização de flores, tem duas receitas: uma de 10 milhões e outra de 1 milhão e 600 mil. É isso?

A SRA. RUTH MARTINS DE MELLO ROGGERI – Os 600 mil?

P – Um milhão e seiscentos mil. É a parceria que vocês estão propondo com as flores.

R – Isso, com as flores.

P – É licitação que vocês vão fazer?

R – Sim. É um chamamento público. Não vai estabelecer vínculos.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Qual o percentual para o serviço funerário?

A SRA. RUTH MARTINS DE MELLO ROGGERI – Dez por cento.

P – Então, se pretender arrecadar 10 milhões?

R – Um milhão e seiscentos mil.

P – Dez milhões no total...

R – Movimenta, né? O movimento é de 10 milhões e 600; 1 milhão e 600 ficariam 16 milhões.

P – Quantas pessoas falecem?

R – Hoje são enterradas cerca de 200 pessoas por dia.

P – Duzentas pessoas por dia?

R – Isso.

P – Dessas 200, quantas pessoas se utilizam desse serviço de flores?

R – A maioria. Talvez, 80 por cento.

P – Se nós imaginarmos 160 pessoas utilizando...

R – Uma coroa de flores em torno de 50 ou 60 reais.

P – É pouco não é?

- Falas simultâneas fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Geralmente, 100 reais só o que colocam na cobertura do caixão mais uma coroa, estamos falando em 400 reais, multiplicando por 160 pessoas por dia, dá...

- Falas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Por ano dá 23 milhões? Não. Vamos refazer a conta. Está errada.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Vocês têm um cálculo?

A SRA. RUTH MARTINS DE MELLO ROGGERI – Na última vez que o serviço funerário teve esse serviço, a receita arrecadada foi de 1 milhão e 400 mil aproximadamente. Esse modelo perdurou até 2009. Então, foi aplicada uma pequena correção.

Nesse caso, adotamos um procedimento mais conservador do que julgar que vamos ter... se tivermos uma receita maior, tanto melhor, revertemos...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Mas o problema é que não tem vagas no cemitérios...

R – Mas, dai, vamos resgatar aquele valor que a que o senhor se referiu. Vamos providenciar.

P – Qual a diferença do item comercialização de flores 10 milhões do item receita de floricultura 1 milhão e 600? (Pausa) Pode falar ao microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) – A comercialização de flores é as flores que vão no próprio caixão, que servem para enfeitar o caixão. É diferente. É o que vai dentro do pacote.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Nós realizamos, em 2013-2014, 10 milhões e estamos...

(NÃO IDENTIFICADO) – Isso.

P – Essa é uma receita certa?

R – É.

O SR. AURÉLIO NOMURA – A pessoa vai na funerária e escolhe as flores?

(NÃO IDENTIFICADO) – Não. Existe uma opção. No caso dessa receita de 10 milhões, existe uma opção de flores que é dada para a pessoa: ou rosas ou crisântemos. É uma opção.

P – Você não acha pouco cobrar 10 por cento? Porque quem vai vender? Quem vai comercializar?

R – Esse não é dos 10 por cento. Os 10 por cento se referem ao consórcio.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Nomura, vou explicar para você entender: se lembra daquela receita de flores. Eles falaram que vão arrecadar 1 milhão e 600. Só que estou vendo outra arrecadação: comercialização de flores 10 milhões e a receita de floricultura 1 milhão e 600. Isso não tinha. É novo.

Eu estava querendo entender o porquê. É isso que ele está explicando.

Isso aqui já é antigo porque vai dentro do conjunto do caixão.

Aqui, agora, vai ser o tal dos 10% desse chamamento que nós vamos ter que acompanhar e ver como está esse negócio. Esse é um problema que a gente já conhece aqui na Casa. Então, está entendido que isso é do chamamento que haverá.

Nós já havíamos falado que a Comissão de Finanças fez um trabalho e, só no ano passado, chamamos o Superintendente do Serviço Funerário três ou quatro vezes – ou mais. É um dos Serviços de que recebemos mais reclamações na Casa, pelos desmandos de anos e anos que tem havido lá.

Uma das coisas que conversamos com a Superintendente é a possibilidade de tentarmos ajudar, de haver a comercialização do bar, porque a pessoa passa a noite inteira no velório, não tem um café ou uma água. Isso também poderia ser uma receita para o serviço funerário, e a gente que é empresário vê algumas oportunidades de receitas, mas não acontecem.

Vocês não têm a ideia de fazer isso?

(NÃO IDENTIFICADO) – Há a subpermissão de lanchonetes que é de 90 mil, mas não há uma proposta de ampliação disso.

A SRA. RUTH MARTINS DE MELLO ROGGERI – Vereador, como o senhor se referiu, há neste ano de 2014 uma nova gestão. Então, 2015 será o ano de colocar essas coisas em ordem, através dessas ações para reduzir o tempo de espera, de criar esses outros serviços para a pessoa que será atendida, que vai contratar uma homenagem para o seu ente falecido. Provavelmente, para o próximo ano, com as agências mais arrumadas, bonitinhas, conservadas, modernizadas, podemos pensar nessa nova receita, sim, a comercialização de alimentação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Esses 50 mil reais... eu não sabia que havia algum cemitério com esse serviço. Qual é?

(NÃO IDENTIFICADO) - O Quarta Parada.

P – E dá uma receita de 50 mil reais por ano para o Serviço Funerário? Só isso? Não chega a 5 mil por mês.

R – Há uma previsão de 90 mil, que estamos orçando para 2015. É subpermissão de lanchonetes.

P – Aqui só tem 50 mil.

R – Ah, sim, é 50 mil.

P – Isso é o que vocês estão imaginando para 2015?

R – São os contratos existentes hoje. É a média que a gente está arrecadando...

P – Vou abrir para o povo falar. Quero chamar a Sra. Janice.

A SRA. JANICE – É rápido. O Vereador Ricardo Nunes já explanou um pouco do que eu ia perguntar: eu moro na região do Grajaú, trabalho com a comunidade e temos uma dificuldade muito grande com o Cemitério Campo Grande.

Hoje, por exemplo, se fosse para enterrar alguém, não teria vaga.

Quando terá?

Geralmente, quando acontece isso temos que mandar para o São Luiz, que fica do outro lado da Cidade.

Então, morando no Grajaú e tendo que enterrar um ente querido no São Luiz é complicado.

A minha pergunta é esta: quando haverá essa vaga?

Eu estava vendo e, mais uma vez, é espantoso o orçamento. Fiquei espantada com o orçamento do funerário.

Quero saber se dentro desse orçamento tem uma possibilidade de melhora no Campo Grande e quando.

O SR. CARLOS HENRIQUE CARDOSO – Só uma pergunta: porque quando se enterram os moradores de rua, muitas vezes, são as entidades que solicitam o serviço funerário para atender a essa. E passamos por um problema constrangedor que é a questão das flores que não são oferecidos aos moradores de rua, sendo que há um subsídio para isso. Então, não se enterra com dignidade o cidadão.

Outra dificuldade é a questão do uso da Capela. Muitas vezes, chegamos lá e temos que levar direto para o sepultamento. Eu acho isso indigno.

Sobre a superlotação dos cemitérios, houve uma proposta aqui em 2012, nesta Casa, que parece que ficou engavetada, e ninguém resolveu. É a proposta de um cemitério com engavetamento, para resolver o problema da superlotação dos cemitérios.

Parece que o que o povo fala todos esquecem.

Esse é um problema muito sério. Eu não sabia que há uma demanda de 6 mil pessoas que morrem por mês. É muita gente.

Então, fica a sugestão.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da União Global dos Trabalhadores e Empreendedores Sustentáveis do Brasil. E, através da sua federação, a Federação dos Usuários especialistas de defesa das políticas públicas, a Federação São Paulo Saúde, viemos

cumprimentar, mais uma vez, os Vereadores e a Mesa, e parabenizar pelo serviço que está sendo desenvolvido com os empreendedores.

No Governo passado, do Prefeito Kassab, foram implantadas várias máfias nos cemitérios de São Paulo, inclusive, a de flores, que abordava as pessoas que estavam desesperadas e que acabavam pagando altos valores pelas flores. E, também, a máfia de roubo de dentro dos cemitérios que roubava dentes de ouro e outros pertences.

Eu queria saber: para inibir essas ações, o que está sendo desenvolvido?

A outra pergunta é a seguinte: das 200 pessoas que são enterradas por dia, eu pontuei três vítimas de acidentes automobilísticos, outras pessoas mortas pela violência e outras por morte natural. Eu queria saber se a senhora saberia pontuar a quantidade de mortes por essas categorias.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Quero aproveitar e passar às mãos dos representantes do Serviço Funerário um documento do Vereador Rubens Calvo, que é o Presidente da Comissão de Saúde e Presidente da CPI das Áreas Contaminadas.

“Na qualidade de Proponente e Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito das Áreas Contaminadas”, da qual o Vereador Aurélio Nomura é integrante, “requeiro, nos termos regimentais, ao Sr. Vereador Ricardo Nunes, desta douta presidência da Comissão de Finanças e Orçamento, para que V.Exa. destine recursos para as áreas onde estão cemitérios de cujos solos estejam contaminados, e assim tomar as devidas providências para a descontaminação”.

Passo a vocês este documento.

Talvez, vocês tenham alguma ideia de valor com relação a valor.

- Entrega de documento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Passo a palavra aos senhores para que

respondam as perguntas.

A SRA. RUTH MARTINS DE MELLO ROGGERI – respondendo a dona Janice: nós estamos voltando com a tarefa de encontrar esse recurso, a que o Vereador se referiu, para o Cemitério Campo Grande.

Esse recurso já foi encaminhado para a Autarquia?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Não. Já existe um estudo de quanto precisaria para transformar as quadra terra em quadra geral. E, com esse recurso de 1,5 milhão aplicado nesse projeto, se aumentaria mil vagas no cemitério.

Aproveitando a minha fala, tenho mais uma dúvida, assim, já pode emendar com as suas outras respostas: na planilha houve uma única fonte de recursos 00, que foi uma emenda parlamentar no valor de 200 mil reais, orçados para 2014. Aqui não consta como liquidado até setembro. A minha pergunta é se já foi feito e liquidado ou, se não foi liquidado, se existe alguma dificuldade em relação à execução das emendas parlamentares.

A SRA. RUTH MARTINS DE MELLO ROGGERI – Então, vamos começar por isso ai.

Essa emenda parlamentar foi acolhida, e o processo está em licitação. O valor será revertido na aquisição de computadores para as agências e cemitérios.

Então, dona Janice, a gente vai recuperar esse estudo a que o Vereador Ricardo Nunes se referiu para colocarmos no nosso planejamento.

Sobre a pergunta do Sr. Carlos Henrique: nós temos conhecimento dos funerais sociais que são suportados pela Autarquia, mas desconhecemos o fato de não haver flores. Vamos ter que verificar isso.

A questão do uso da capela, dentro do nosso conhecimento, isso está previsto, e não há discriminação nesse sentido.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Dona Rute, existe um telefone que possa deixar com ele, para o caso de algum funcionário desavisado dizer que não há esse serviço? Alguém o

poderia socorrer se houvesse um telefone.

A SRA. RUTH MARTINS DE MELLO ROGGERI – Nós temos um telefone e passaremos ao senhor.

Acho que encerramos, então.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Quero agradecer muito a todos os funcionários do Serviço Funerário, na pessoa da Sra. Rute, cumprimentando a todos os demais. Muito obrigado a todos que vieram e à Assessoria; ao Vereador Aurélio Nomura, um incansável Vereador, que está em todas audiências, em todas reuniões ordinárias.

Vamos verificar junto à Assessoria uma data na Secretaria da Saúde para fazermos uma nova audiência com o Sr. Secretário Filippi.

Nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigado a todos.

Deus os proteja.